

AUDIÊNCIA PÚBLICA 14ABR2011

Pauta: Debater acerca do PL nº 1.876/99.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA (Ricardo Faertes): Passarei a ler o Edital de convocação para esta Audiência Pública. “Audiência Pública com o objetivo de debater acerca do Projeto de Lei nº 1.876/99, em tramitação na Câmara dos Deputados, propondo alterações no Código Florestal Brasileiro. A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, comunica, à comunidade porto-alegrense, a realização de Audiência Pública, dia 14 de abril de 2011, às 19h, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, sita na Avenida Loureiro da Silva, nº 255, Centro, com o objetivo de debater acerca do Projeto de Lei nº 1.876/99, em tramitação na Câmara dos Deputados, que propõe mudanças no Código Florestal Brasileiro. Gabinete da Presidência, 30 de março de 2011. Vereadora Sofia Cavedon, Presidente”.

Convidamos a compor a Mesa a Ver.^a Sofia Cavedon, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; o Sr. Francisco Dornelles, Secretário Adjunto da Secretaria do Planejamento Municipal; o Sr. Luiz Ernesto Grillo Elesbão, Engenheiro Florestal, Coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Florestal do CREA/RS e Professor do Departamento de Ciências Florestais da Universidade Federal de Santa Maria; Sr. José Romari Dutra da Fonseca, representante do Fórum Gaúcho em Defesa do Código Florestal.

Prestigiam esta audiência pública os Srs. Vereadores Beto Moesch, Engenheiro Comassetto e Carlos Todeschini; o Capitão Rodrigo Gonçalves dos Santos, representando o Comando Ambiental da Brigada Militar; Sr. Eduino de Mattos, Conselheiro da Secretaria do Planejamento Municipal; Sr. Roberto Jakubaszko da Região 1 de Planejamento Urbano e Ambiental; Padre Tarcisio Arcênio Rech, representando a CNBB; Sra. Lílian Zenker, representando a Bancada do PP; a Jornalista Tânia Faillace, delegada do Fórum Regional de Planejamento 1; senhoras e senhores presentes e identificados com o tema desta audiência pública.

Convidamos para fazer uso da palavra a Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver.^a Sofia Cavedon.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Boa-noite a todos e a todas, sejam muito bem-vindos. Perdoem-me o atraso, estávamos constituindo a Mesa com os nossos visitantes. Temos o privilégio de ter conosco o Professor Elesbão, que será, talvez, a base do nosso debate, por proposição do Fórum em Defesa do Código Florestal. Queremos agradecer a sua presença, pois veio de Santa Maria para contribuir com o debate na cidade de Porto Alegre. Então, Professor, receba o nosso agradecimento especial.

Agradecemos, na pessoa do José Romari da Fonseca, a mobilização para esta Audiência; agradecemos a mobilização do PSOL; a proposição do Fórum no sentido de Porto Alegre também abrir espaço para o debate desse tema, que todos sabemos, poderá trazer implicações para todos. Claro que todos nós estamos conscientes do debate e da necessidade da preservação do meio ambiente de forma global, pois vivemos numa integração. Mas também temos que ter muito presente este debate aqui para que a cidade de Porto Alegre sinta que precisa se mobilizar para proteger o seu manancial, o seu verde, os seus morros, que poderão ser atingidos de forma muito problemática. Então, a intenção desta Audiência é escutar e construir encaminhamentos de como a cidade de Porto Alegre – que nunca foge desses debates e sempre se posiciona – pode incidir sobre um debate tão delicado para as nossas vidas.

A dinâmica que construímos para os trabalhos, iniciará com a fala do Professor Elesbão, seguida pela do Fonseca, representando o nosso Fórum Gaúcho e, depois, inicialmente falarão dez inscitos, priorizando-se os representantes das entidades. Informo que já estão abertas as inscrições para as manifestações dos presentes junto à Diretoria Legislativa. Contamos ainda com a presença dos Vereadores Carlos Todeschini e Beto Moesch. O Ver. Engenheiro Comassetto pede para que eu justifique a sua saída, pois ele está representando a Câmara numa reunião do Conselho Municipal de Cultura, na Assembleia Legislativa, sobre o tema do Porto Seco/Carnaval, que é um tema em que ele atua também. Os Vereadores também se inscreverão, na medida em que entenderem pertinente.

De imediato, passo a palavra ao nosso Engenheiro Florestal, Luiz Ernesto Grillo Elesbão, Coordenador da Câmara especializada de Engenharia Florestal do CREA/RS e Professor do Departamento de Ciências Florestais da Universidade Federal de Santa Maria, que terá um tempo maior, pois fará uma exposição.

O SR. LUIZ ERNESTO GRILLO ELESBÃO: Queria agradecer o convite e cumprimentar a Presidente, Ver.^a Sofia Cavedon; o Fonseca, que é o representante do Fórum; o Ver. Carlos Todeschini; o meu grande amigo, Ver. Beto Moesch, que foi meu parceiro na construção do Código Florestal Estadual em 1992. Também não poderia deixar de registrar a presença do grande amigo pessoal, que todo porto-alegrense admira, o Sr. Caio Lustosa. Eu pretendo ocupar de 20 a 25 minutos para fazer uma abordagem sobre o Código Florestal, que chamo de velho, embora esteja em pleno vigor; mostrar a realidade brasileira e, principalmente, a gaúcha, mostrando paisagens de diferentes Regiões do Estado. E em cima do velho e da realidade, gostaria em focar o polêmico Projeto de Lei nº 1.876/99, que é o Substitutivo que está em discussão e que deverá ir à votação na Câmara dos Deputados.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. LUIZ ERNESTO GRILLO ELESBÃO: Então, vou fazer um pequeno histórico. O Código Florestal é de 1934, e naquela época, o nosso território era tomado por florestas. Então, preocupados com o avanço da agricultura e com o desmatamento, fez-se um Código pensando-se em manter $\frac{1}{4}$ da propriedade coberto por florestas. E os proprietários poderiam retirar $\frac{3}{4}$. Esse $\frac{1}{4}$ passou a ser denominado de Reserva Florestal. E também naquela época, chamou-se de Florestas Protetoras o que ficava no entorno dos recursos hídricos, ou seja, dentro dos $\frac{3}{4}$ que iriam ser desmatados, tu eras obrigado a deixar uma faixa de proteção no entorno do recurso hídrico. Vejam, isso em 1934; e aí há pessoas que dizem que, naquela época, não existiam ciência. Como é que não existia ciência? Já se pensava em proteger os recursos hídricos; já sabiam eles o que iria acontecer se retirassem essa faixa de proteção ao longo dos recursos hídricos. Então, essa faixa de proteção, em 1965, trocou de nome, quando foi elaborado o Novo Código Florestal, que de novo teve muito pouco. De novo só foram as novas dimensões das faixas em função da largura do recurso hídrico. Limitou, deixando os recursos hídricos de até 10 metros de largura, deixando-os para 30 metros. Essa foi a normatização. Aquela Reserva Florestal, de 1934, manteve-se, só que se regionalizou: a Região Sul tem 20%; o Cerrado, 35%; a Região Amazônica, numa época, foi 50%, e, depois, puxaram para 80%, ou seja, sou obrigado a deixar 80% de Reserva Legal.

Eu queria comentar sobre a Reserva Legal, que diz a Lei que os proprietários só poderiam intervir na APP por interesse social ou utilidade pública. Então, jamais poderia – eu, proprietário rural ou da região urbana – interferir nessa APP; só poderia interferir se fosse abrir uma estrada, se fosse passar uma rede de luz. Eu costumo mostrar essa foto, em que aparece escrito Governo do Paraná. Não é uma crítica ao Governo do Paraná, só que essa fotografia corre o Brasil, de Norte a Sul, e todo apresentador costuma mostrá-la, mas ela contém um grande erro técnico. Quando mostra essa faixa no entorno do recurso hídrico, diz que é mata ciliar – e não é! O que diz a legislação? Qualquer tipo de vegetação, trata-se de faixa, da largura da faixa. Então, sejam 10 metros, deixa 30 para cada lado; de 10 a 50 metros, deixa 50; e assim vai. Então, eu chamo atenção: não é mata ciliar, é qualquer tipo de vegetação, é a faixa. Vejam bem, para ver o Substitutivo mais na frente. Na Zona Urbana, eu também deveria obedecer à faixa – isso diz a Lei de 1965.

O outro conceito é a reserva legal que, antigamente, foi chamada de reserva florestal, depois, com o passar do tempo, passou a se denominar reserva legal. É um percentual da tua propriedade que tem que ficar com a vegetação original do lugar. Erroneamente, muitas pessoas afirmam que terão que botar árvore na reserva legal. Não é isso; tu vais constituir com a vegetação original do lugar. Se na Amazônia tu desmataste acima do permitido pela legislação, é lógico que lá virão árvores. Agora, dou um exemplo: se em Alegrete, eu lavrei toda a propriedade, eu vou ter que restaurar o campo em 20%.

Eu tinha uma legislação ultramoderna, que tentou preservar, durante 70 anos, vários ecossistemas fundamentais para manutenção de recursos hídricos, da biodiversidade e assim vai. Que efeito teve essa legislação ao longo do tempo? Vou dar uma viajada por este Rio Grande afora. Em função do tempo, não vou viajar pelo Brasil, mas poderia ter mostrado. Esta Região aqui, ciclo da soja dos anos 70, Região de Manoel Viana, Alegrete, São Francisco e Itaqui. Ciclo da soja: lavra, disca, planta. Esta imagem é atual, está completamente degradada. Vejam os recursos hídricos do rio Ibicuí, lá embaixo. Que efeito teve a legislação? Nenhum! Porque o próprio Governo, nos anos 70, afirmava “Planta que o João garante”. O próprio Governo criou o Provárzeas, financiamento de longo prazo, a custo zero, para drenar as várzeas, ecossistema fundamental.

Vejam o rio das Antas, na região de Caxias. Que vegetação temos? É só onde não conseguiram destruir.

Mais em cima do rio das Antas, essa é a nossa realidade. Vamos botar a culpa no agricultor? Acredito que não, porque a legislação e o sistema florestal ambiental brasileiro sempre foram punitivos, nunca orientaram o produtor e continua esse sistema até hoje.

Vejam o rio Jacuí, um pouquinho acima da ponte que caiu na enchente do ano passado. E agora? Todas são pequenas propriedades, todas elas. Então, quer dizer que eu vou fazer uma lei, dentro da casa que faz a lei, da Câmara dos Deputados, sem olhar uma realidade, e vou dar uma receita de bolo para o Brasil inteiro?

Olhem a mata ciliar do rio Jacuí, o que restou. E aqui é a simulação da largura do rio e da faixa de proteção, isso quando a legislação diz que a faixa é a partir do leito menor. Durante os anos, quando entrou a Lei nº 2166, que alterou uma definição de APP do Código, foi puxado para a lei do maior, ou seja, eu tinha que pegar a maior enchente e, a partir da maior enchente, é que eu determinaria a proteção. Agora, vamos ter um retrocesso com a proposta, ela volta a definir como o leito menor.

A Região de Não-Me-Toque. Vejam, zona de alta produção, era uma zona eminentemente florestal, sobrou somente a vegetação em torno do recurso hídrico. Reserva legal, nem se fala!

Este é o rio Ibicuí. Rio Ibicuí com o rio Santa Maria. Vejam onde está a lavoura de arroz. Eslaide do ano passado! Onde está a legislação que diz que eu tenho que deixar as áreas de preservação permanente? No papel!

Mais uma imagem da Região de Caxias do Sul. Não me preocupei ainda em focar topos dos morros, só estou focando os recursos hídricos. Vejam as propriedades, tudo com alta produtividade.

Esta é a Região de Caçapava do Sul, o escudo Rio-Grandense. Por que se mantém intacto? Porque a região tem solo raso, floramento rochoso, não tem como entrar com agricultura. O ser humano não conseguiu triturar as rochas, e nem que elas produzissem agricultura.

Olhem que interessante. Esses círculos são os pivôs. Se entrarmos Brasil afora, o Município campeão dos pivôs é Cristalina, em Goiás, que tem um pivô a cada cem hectares. Então, barra qualquer recurso hídrico e instala o pivô central.

Este é o rio Taquari. Vejam lá embaixo, só ficou o filete da floresta. Onde está a reserva legal que eu tinha que preservar? O ecossistema característico da Região? Nunca foi feito. A legislação de 1934, de 1935, que está em vigor até hoje, nunca foi obedecida.

Poderia incluir Porto Alegre, mas peguei essas imagens bem recentes, cedidas pelo professor Bressani, da UFRGS – os direitos e as fotografias são dele, ele sobrevoa de helicóptero, para mostrar os deslizamentos. O Código Florestal diz que declividades de até 45º são Áreas de Preservação Permanente, conseqüentemente, não poderia haver casas. Agora, vejam a qualidade das casas, são de alto luxo.

Olhem a Zona Rural nas últimas chuvas. Olhem a data de fotografia: 18 de janeiro de 2011!

Mais uma, olhem aí: uma sanga na Zona Urbana, que deveria obedecer ao dito Código Florestal.

Esta é a realidade brasileira, é a realidade do Rio Grande. Comento que temos uma diversidade social, natural, política e econômica, mas, e os nossos órgãos de monitoramento? Onde estão as Secretarias do Meio Ambiente do Estado e da União? Temos um sistema, criado nos anos 80, que se chama Sistema Nacional do Meio Ambiente, só que no Brasil água não é meio ambiente; criaram um sistema paralelo, o Sistema Nacional dos Recursos Hídricos. Esses Sistemas não conversam entre si. Então, um dos grandes culpados por essa realidade é o próprio Estado, é a própria União, que não deram a devida orientação, só sabiam andar com o talão de multa. Pega o produtor e multa; nunca foi orientativa. Na Áustria havia a mesma política brasileira, mas inverteu, e vejam o seu potencial florestal hoje. Mostrou ao produtor a importância de conservar a biodiversidade, de ocupar, com floresta, os lugares que não poderiam ser agricultáveis. Então, essa é a nossa realidade brasileira.

Em 2008, o Ministro Minc instituiu o Decreto nº 6.514. Este Decreto, no seu art. 55, colocou uma multa àqueles que não averbarem reserva legal e deu um prazo. Isso bastou para dizer que esse Código não serve mais. Por que essa correria toda? Porque nós temos um prazo. Em junho de 2011, todo o mundo – entre aspas – terá que regularizar suas propriedades para pegar as Certidões Negativas Ambientais, para poder pegar dinheiro no banco, ou será passível de multa.

Então, desde 1999, tramitava, na Câmara dos Deputados, o Código Florestal. Vários PLs, vão alterar o Código, revoga tudo... E aquilo foi indo. Passou 1999, veio um PL; em 2000, outro... Depois do Decreto nº 6.514, quando foi imposto, “Oh, vai ter multa para quem não averbar”, aí juntaram, correndo, uma comissão de 18 Parlamentares, elegeram o Relator, e esse Relator, sempre correndo, apresentou, no dia 8 de junho, o seu Projeto de Lei nº

1.876/99, o qual foi aprovado por 13 votos, e, em julho, ele já remendou, já fez remendos em cima do seu Projeto original. E que Projeto original é esse? Porque o que eu tenho visto, nas minhas andanças desde o ano passado, em função do Código, Brasil afora, é que a grande maioria desconhece a legislação ambiental brasileira, a grande maioria desconhece os Decretos Presidenciais que correram de 2008 para cá: Decreto nº 7.029, que trata de um programa de regularização ambiental das propriedades; outro Decreto, que dividiu as propriedades do Brasil em duas; propriedades até quatro módulos fiscais pertencem a um grupo; propriedades maiores que quatro módulos fiscais pertencem a outro. Esqueceram que, esses módulos fiscais, as Câmaras de Vereadores podem alterar as suas áreas. Os módulos fiscais do Rio Grande do Sul variam de 5 a 40 hectares, e, no Brasil, variam até 110 hectares. Na Amazônia brasileira, as propriedades de até 440 hectares terão várias benesses pelo novo Projeto. Várias benesses, porque essas propriedades foram declaradas de interesse Social. Se de Interesse Social, vai-se fazer o que bem entende.

Então, o que a comunidade, a grande maioria desconhece é que há um jogo muito bem montado. Quem está no jogo? De um lado, a comissão do Código, anterior a isso, o Governo passado, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, e fez com que se criassem dois grupos, os ruralistas e os ambientalistas. Eu não gosto de dizer que são duas frentes de ambientalistas e ruralistas. Costumo dizer que os ambientalistas são pessoas que pensam no futuro de uma sociedade, que pensam no futuro de seus filhos, que já se deram conta, antes da grande maioria, do que vai acontecer na nossa casa, no Planeta Terra, se continuarmos nesse ritmo, se tivermos que plantar soja adoidados para mandar para a China, para dizer que seremos os campeões de exportação do mundo.

Então o PL o que faz na APP? Ele reduz as APPs. Por que ele reduz as APPs? Porque ele troca a definição de leito. Ele volta com leito menor. Leito menor, vamos dizer, vai ser medida a faixa a partir do nível mínimo do rio. Consequentemente já se sabe o que vai acontecer. Ai a gente pensa assim: “Mas aqui no Rio Grande tanto faz, as várzeas estão consolidadas”. Mas o que vai acontecer na Amazônia brasileira, nos ecossistemas que a gente ainda tenta e luta e procura preservar? Também abandona o resto, como eu costumo dizer. Topo de morro deixa de ser APP; altitude superior a 1.800 metros deixa de ser área de preservação; Restinga deixa de ser; locais de refúgio de aves migratórias e

áreas de várzea também deixam de ser APP. Então, em termos de áreas de preservação, na área rural, é aquilo que eu comentei.

E na área urbana? Na área urbana, consolida o que está aí, porque ele declara de Interesse Social essas ocupações e passa para esta Casa uma responsabilidade, a de definir obedecendo aos critérios maiores e de definir as APPs em zona urbana. E essa supressão das APPs? Então, antes, eu só poderia suprimir por Interesse Social ou utilidade pública. Casos omissos o órgão ambiental, ou seja, o Conama regulamentava. O PL retira esse poder do órgão ambiental, e vai ter decreto, tudo é por decreto. Então, quando eu precisar suprimir uma APP, vou à Presidência da República, e ela emite um decreto. Imagino quantos decretos deverão aparecer. Isso é um fato gravíssimo! Tira do órgão ambiental a análise. Com um simples decreto, eu vou suprir as Áreas de Preservação Permanente.

E como é que fica o passivo ambiental? Como é que fica esse passivo ambiental de quem destruiu as APPs? Em 2009, foi lançado, pelo Governo Federal, o Programa que se chama “Mais Ambiente”. O Programa Mais Ambiente divide as propriedades em duas: até quatro módulos fiscais, quem ocupou a APP vai ficar dentro da APP. Só que o Governo – vejam bem – é que vai fazer a regularização ambiental dessas propriedades. O Rio Grande do Sul tem 460 mil propriedades. Imaginem quantos técnicos tem a Emater, quantos técnicos tem a Secretaria para fazer isso. E como ficam as propriedades maiores que isso? Eu vou assinar um Termo de Adesão e vou ter 30 anos para recuperar as APPs.

Dentro desse PL nº 1.876/99, nós costumamos dizer “maracutaias” – eu não sou um jurista, mas aquelas palavrinhas que te enrolam, e a uma eu costumo chamar atenção, que é o regime de pousio. Redefiniu isso. No pousio, se, na Amazônia brasileira, eu destruí uma vegetação, eu botei o gado, não deu, e eu abandonei, mesmo sendo APP, se isso ficou durante dez anos abandonado, hoje eu volto e faço tudo de novo, sem pedir licença para ninguém. Essa é a definição de regime de pousio, eu posso intervir sem licença de ninguém.

Outro detalhe: é uma data que, de vez em quando, eu costumo jogar no bicho ou sonhar com esta data – 22 de julho de 2008. Tudo que foi feito até essa data está consolidado. Consolidado! Se eu destruí as minhas áreas de conservação permanente, se eu destruí as minhas florestas, está consolidado ninguém pode mais multar.

Quanto à reserva legal, até quatro módulos fiscais, não há mais reserva legal. Acima de quatro módulos, entrou uma fórmula, entrou um matemático, incluiu as APPs dentro da reserva legal e diminuiu... tu diminuis da área da tua propriedade os quatros módulos e, dessa subtração, vais deixar 20%. Quem não tem vai poder compensar essa reserva legal. Antigamente eu poderia compensar dentro da mesma bacia hidrográfica. Pelo PL, eu vou compensar onde eu quiser.

Isso eu já comentei, essa regularização da reserva legal que passa a permitir que eu coloque como exótica. Eu vou botar *pinnus* com vegetal nativo – erradamente, não é? A história contra a técnica.

Quanto à reserva legal, eu tenho uma opinião. Eu vejo que essa reserva legal foi distorcida ao longo do tempo, e a realidade, principalmente a gaúcha, a deste Rio Grande, não tem mais como voltar à reserva legal. Eu não tenho como reconstituir os ecossistemas destruídos, nossa destruição foi irreversível, é irreversível e perpétua. Muitas gerações vão levar para a mão do homem e a natureza recuperarem esses ecossistemas.

Esse que eu comentei é a famosa data que dá anistia geral irrestrita. Quando comparo o PL a esse artigo, eu costumo fazer uma comparação: imaginem um cidadão dirigindo bêbado que atinge e mata uma pessoa. Corre o processo judicial, ele é condenado, ele é preso, aí um Deputado apresenta um projeto de lei e diz que todos que dirigiram bêbados, que mataram e foram condenados rasguem os processos e sejam soltos, porque eles não cometeram crime algum. Então, isso é o que diz a PL em relação ao meio ambiente. Esta é a grande verdade: anistia geral e irrestrita. Desde os Termos de Ajuste de Conduta, assinados com o Ministério Público, não terão mais valor.

Então, mas que Código Florestal é esse? Será que eu preciso de um Código Florestal neste País? Neste Rio Grande, eu preciso regulamentar a ocupação das florestas? Não há mais florestas! O que eu preciso é estudar o uso do solo, com técnicas modernas, disponíveis hoje na ciência. Então, jamais poderia utilizar o termo “código florestal”! O que nós precisamos é de um código de ocupação do solo. Eu digo assim: criticou o PL, mas tem que ter uma sugestão.

A briga toda e a pressão ruralista – eu sou um produtor rural, tenho uma propriedade –, a pressão é em torno do art. 152 da Lei nº 6.514, que dá o prazo do dia 12 de junho. Simplesmente, a Presidente da República altera essa data, prorroga mais um ano, mais

dois anos, e a sociedade vai ter que discutir, porque vai alterar alguma coisa no ecossistema, vai alterar a biodiversidade, se levar um ano, dois anos discutindo! Onde está a independência dos Estados? Eu costumo dizer: dentro do Rio Grande, quantas regiões fisiográficas nós temos? Quantas unidades de paisagens nós temos? Aí eu vou para o Município, dentro daquele Município, quantas fisionomias eu tenho? Agora, imaginem eu dar essa receita de bolo no Brasil afora.

Outra coisa: interligar esses sistemas. Vamos botar no liquidificador e vamos fazer uma política nacional de sustentabilidade em que o órgão agrícola, o órgão ambiental e o órgão de recursos hídricos trabalhem em conjunto. Se a pressão é exportar grãos, nós temos que ter uma política agrícola. Talvez os senhores não saibam quanto está valendo um saco de arroz, hoje, neste Rio Grande. São R\$ 18,60. Tu tens que plantar, irrigar, colher e secar, e vale R\$ 18,60.

Outro tópico: e aquelas pessoas que sempre conservaram os seus recursos hídricos; conservaram as suas nascentes; conservaram as suas florestas; conservaram os seus campos? O que dirão eles perante a PL? “Burro fui eu que deixei aquela nascente, que não drenei aquilo lá.” Então, tem que haver uma compensação por isso. De que forma essa compensação? Tem o Imposto Territorial Rural, ele pode ser o primeiro a receber o subsídio. Isso o mundo inteiro faz, os serviços ambientais.

Por último, quero dizer que floresta nunca foi entrave para desenvolvimento. Se a grande maioria soubesse manejar a Amazônia e ver a rentabilidade e o crescimento daquela pujança, nós estaríamos com a Amazônia totalmente em pé. Dizer que os ambientalistas querem o entrave do País, que não querem que se produza, isso é produto para a mídia. E vejo mais: a Amazônia tem que ter uma legislação própria. Vão olhar os desmatamentos feitos na Amazônia há 5, 10, 20 anos! Vejam áreas do cerrados que foram retiradas e que viraram desertos. Com tudo isso, vão continuar desmatando? Quantas áreas nós temos desertificadas, de baixíssima produtividade? Aquela da região de Manoel Viana que eu mostrei, lá o sujeito põe uma cabeça a cada quatro hectares. Então eu vou ter que ter uma política de incentivo para recuperar essas áreas, porque o agricultor não tem como bancar.

Para encerrar, para podermos ir para um debate, eu costumo dizer que o futuro não é o lugar para onde estamos indo, o futuro é o lugar que estamos construindo. Obrigado.
(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigada, professor Elesbão. Agradeço a presença do Francisco Dornelles, Secretário Adjunto de Planejamento de Porto Alegre, que eu não havia registrado.

O Sr. José Romari Dutra da Fonseca está com a palavra.

O SR. JOSÉ ROMARI DUTRA DA FONSECA: Boa-noite a todos! Nós, do Fórum em Defesa do Código Florestal, que somos homens e mulheres, sindicalistas, ambientalistas, pessoas preocupadas com o futuro, a gente vem se reunindo, já há algum tempo, para tratarmos de diversos assuntos. Quando chega essa grande novidade da celeridade desse processo, dessa PL nº 1.876, também tivemos que acelerar o nosso processo de enfrentamento para que pelo menos cumpramos o nosso papel para que a sociedade gaúcha saiba o que está, o que subjaz nesse Relatório produzido pelo Sr. Deputado Aldo Rebelo. Primeiro, o nosso Código Florestal de 1934, emendado em 1965, ele tem ali o espírito do legislador, que é o espírito da preservação. O atual relatório do PL nº 1.876 é o espírito da destruição.

Para quem quiser entender o que estou dizendo, basta ler a Exposição de Motivos, de 35 páginas, feita pelo Deputado Aldo Rebelo. Essas mudanças, patrocinadas não pelo Deputado Aldo Rebelo... Porque poderia ser um outro, pois o agronegócio sempre tem os seus instrumentos, sempre tem os seus agentes para atuar no Congresso e fora dele, mas quem ganha com essas mudanças são aqueles que praticam a agricultura intensiva, são aqueles que ganham muito com as *commodities*, são aqueles que vêm grilando e que vêm extenuando o solo há muito tempo. É engraçado, e inclusive eu falava com o padre Tarciso antes que, no Relatório do Aldo, não tem uma separação de quem é o grande proprietário e quem é o pequeno proprietário. Porque o pequeno proprietário é aquele que lida com dificuldades, que pega dinheiro no banco para pagar, é aquele que nunca será um milionário da atividade rural. Já o do agronegócio é o cara que tem dinheiro, paraíso fiscais, aquele que tem apartamento no Rio de Janeiro, apartamento em Miami. Então tem que separar, porque são públicos diferentes. O deputado não separa, o Deputado Aldo Rebelo acha que é tudo a mesma coisa. Aliás, ele usa os pequenos como bucha de canhão, para justificar o seu Projeto. E ele dá um tratamento igual para os diferentes, o que por si só é um absurdo. Ele trata grandes e pequenos da mesma forma. E, é claro, se

houvesse separação entre grande e pequenos, a mão do Estado teria que observar que o pequeno precisa, sim, do apoio do Estado, e o grande não precisa. Mas o dinheiro que o grande pega no banco, para quem não sabe – eu fui bancário por 35 anos -, é com uma taxa de juros no valor de 8,75%, ao ano! Com muita dificuldade, o pequeno pega recurso do Pronaf, também com dinheiro também muito barato, a 4,5% ao ano, mas ele tem uma enorme dificuldade para cumprir os seus compromissos. Mas, na maioria das vezes, ele cumpre os esses compromissos. Ele vende uma novilha para pagar o Pronaf – diferentemente do grande, que, quando tem safra miraculosa, faz investimentos, ele põe dinheiro em paraíso fiscal, e, quando tem uma safra frustrante, ele vai correndo ao Governo Federal, faz pressão no Banco do Brasil para prorrogar as suas dívidas e pegar moratória.

Então, nós temos públicos distintos, e a Fetag que não se engane, e a Contag que não se engane, porque, daqui a pouco, os grandes lhe puxam o tapete, porque estão sendo usados como bucha de canhão. Enxerga-se, nessas justificativas do Deputado Aldo, para dizer o quão bom é o seu Projeto, uma paranóia xenófoba, e eu não consigo compreender que ele tenha entrado num mar de contradições! Porque, mesmo no momento em que ele diz que os ambientalistas do Brasil estão emparceirados com os grandes produtores europeus e os dos Estados Unidos para que aqui não se aumente o tamanho das terras para a agricultura – ele está dizendo que nós estamos emparceirados com os de lá fora -, no entanto, na silvicultura, para plantar eucaliptos e *pinnus*, eles não dizem uma vírgula sobre a ilegalidade e a aquisição de terra dos grandes estrangeiros. Os estrangeiros cometem ilegalidades nomeando “laranjas” para comprar terras, inclusive aqui no nosso Estado, para eles poderem plantar. (Palmas.) Só que aí o Deputado Aldo Rebelo esquece, todo mundo esquece da grande aliança que ele pessoalmente e os pequenos, de forma melancólica – repito: sendo usados como bucha de canhão -, estão servindo a esses interesses.

E o Deputado Aldo Rebelo, na sua Exposição de Motivos – repito: leiam, não percam, é uma raridade -, ele usa referências papais, ele chega a esse ponto para defender a sua proposta, dizendo que, já há algum tempo, Roma está numa campanha àqueles que são antiantropocentristas. Eles nos acusam, e nós assumimos, achamos que o homem não é o ser que deve dominar o Planeta, o homem faz parte do Planeta, e, por ser racional, por ser um ser sapiente, ele deve cuidar da natureza, ele deve cuidar do Planeta, porque

nesse Planeta eu não posso ir ao terreno do vizinho e descartar o meu lixo, o Planeta tem um quintal só, que é o quintal da humanidade e de todos os seres vivos.

Ele entra em um assunto bastante interessante, ele começa a defender o desmatamento da Amazônia. Leiam, repito! Ele diz que a Amazônia legal tem 5 milhões de quilômetros quadrados de terra, envolvendo nove Estados, tem áreas muito boas para o plantio e outras não, as que não são boas eles não querem, mas nas que são boas tem que avançar sim. Está escrito na exposição de motivos que tem que avançar sobre a Amazônia Legal, e diz mais: tem que aumentar a criação de búfalos no Pantanal. Gente, leiam, não percam e discutam com os camaradas do PCdoB essas raridades, essas preciosidades. E ele põe na lata do lixo o princípio da precaução, diz que há exagero nesses princípios de precaução. E fala mais: que aqueles ambientalistas se utilizam de muito dinheiro para defender o *statu quo* atual, que é a quantidade de terra para se plantar, não estão enxergando a necessidade de adquirirmos a soberania alimentar. É muito interessante! Ele não chega a dizer, mas supõe que a falta de comida na mesa de brasileiros se dá por falta de oferta, só que, no centro do seu Projeto, não está o produtor de milho, de feijão, de mandioca, de batata, de hortifrutigranjeiros; no centro do seu Projeto está a defesa intransigente para o desmatamento, beneficiando os grandes latifundiários, aqueles que praticam a agricultura intensiva, e a soja não vai para a mesa do brasileiro, a soja é vendida para o Exterior, sem agregar valor, inclusive – aqui se vende pouca soja industrializada. E aí se fecha um corolário de posições que, a nosso juízo, do nosso Fórum Gaúcho em Defesa do Atual Código Florestal, é uma grande armadilha para a sociedade que, até hoje, está indiferente por falta de informação ou por falta de interesse pelas consequências que, se for aprovado esse PL nº 1.876/99, vão sofrer as cidades. Como o professor falou, não há como identificar nas encostas, nos topos de morro, o que é floresta ou não. Eles querem, na verdade, também dar uma chancezinha para subordinar os planos diretores das cidades a essa lei federal, dizendo que, a partir dessa votação, vai se possível, sim, as construtoras de Porto Alegre que têm algumas dificuldades para construir em morros e encostas conseguirem, sim. Então, diz respeito à população urbana o caráter desse PL que não atinge somente à questão rural. Então, daqui para a frente, penso que este será mais um *round*. No dia 19, teremos a Ministra em Porto Alegre, é importante que todos estejamos lá para fazer algum tipo de trabalho, de mobilização, para que todos saibam que existe, pelo menos, inteligência viva

neste Estado, enfim, estejam sintonizados com esse tipo de Projeto, e as consequências drásticas e danosas que pode haver para as gerações futuras. É isso. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada Fonseca.

Informo que convidamos o Deputado Aldo Rebelo, que é o Relator, convidamos todas as entidades que construíram, junto com o Fórum, e ninguém se animou a vir defender as mudanças, pelo menos nesta Reunião. De fato, dia 19 de abril, terça-feira, às 9h30min, haverá, no Teatro Dante Barone, a Conferência sobre a Política Ambiental do Governo Federal e o Código Florestal, com a Ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente. Na terça-feira, portanto, será importantíssima a participação da nossa Cidade na manifestação da inconformidade com essas mudanças.

Eduino, seja bem-vindo. Vamos combinar de dar o tempo de cinco minutos para as pessoas falarem.

O Sr. Eduino de Mattos, Conselheiro do Plano Diretor, está com a palavra.

O SR. EDUINO DE MATTOS: Boa-noite a todos, à Sofia, Presidente desta Casa, e aos integrantes da Mesa. Pessoal, eu me inscrevi primeiro aqui, porque dependo de transporte coletivo, e para a minha área começa a ficar escasso deste momento para cima, então temos que ficar antenados.

Estivemos, durante três dias, em Florianópolis, no Encontro Nacional das Regiões Hidrográficas. Esse encontro, que foi agora em outubro, foi muito interessante, porque foi a primeira vez que houve reunião, com a proposta nacional, para fazer uma discussão aqui da Região Atlântico Sul. E o mote da discussão lá, nesses três dias, foi o Código Florestal. Por quê? Dentro de toda essa discussão, o elemento vital, a água, é que está em jogo. Se não nos preocuparmos com os recursos hídricos, como o Elesbão falou aqui sobre a questão das matas, e não vou falar em mata ciliar, mas as matas de proteção das nascentes, dos recursos hídricos, nós estaremos ferrados. Então, acho que vamos por aí. Foi realizada uma compilação dessa discussão em todo o País. E a ANA, que é a Agência Nacional, elaborou um documento sobre a sua posição nacional com relação à discussão do Código Florestal, que está aqui, e quero entregar à Presidência, para contribuir na discussão.

Sou conselheiro aqui do Comitê de Bacia do Rio Guaíba, defendo a população e acho que foi uma pequena contribuição participar, nesses três dias, desse encontro. Bom encontro a todos. Boa-noite.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Beto Moesch está com a palavra.

O SR. BETO MOESCH: Boa-noite à Sra. Presidente e aos membros da Mesa. Para quem milita, há muito tempo, nessa área, realmente estamos numa época, num período muito frustrante, porque o que sempre se tentou fazer, com muita dificuldade, foi simplesmente tentar aplicar a legislação existente. Chegar a um momento como este, em pleno século XXI, e ver justamente o contrário, não só não se aplicar a legislação existente, mas mudar para pior, com menos proteção, é realmente algo que frustra demasiadamente.

Primeiro, como o Elesbão colocou muito bem aqui: claro que temos um histórico de ocupação muito intensiva com relação aos nossos recursos naturais. Então, em um Estado como o nosso, de imigração italiana e alemã, por exemplo, é claro que se entende que, lá no século XIX, pessoas que vieram aqui famintas, largadas pelo Estado no meio da floresta, não tiveram outra opção senão derrubar a floresta, e é óbvio que não cabe a nós, agora, responsabilizá-los por isso, mas temos que diagnosticar esse problema e evitar que isso continue ocorrendo – isso tem que ser feito. Mas o que se busca é justamente o contrário, é tentar aprovar uma Lei que fará com que se retroceda ao século XIX, ou pior, porque na época já existiam as ordenaçõesmanuelinas e filipinas, na época do Brasil colônia, do Império português, que já protegiam as florestas. Lá em 1500, 1600, era proibido o corte raso, daí vem a expressão “madeira de lei”, por quê? Era porque o Império português era um Império ambientalista? Não, mas porque, economicamente falando, dentro da ciência que já existia na época, sabia-se que corte raso não podia ocorrer por uma questão econômica, pois acabaria com o insumo floresta. O Nordeste está em seca justamente por causa da cana de açúcar. Nós praticamente acabamos com a Mata Atlântica por causa disso, na Zona Rural e na Zona Urbana, pela ocupação na Zona Rural e na Zona Urbana. Então, é claro que não podemos, Elesbão – tu colocaste bem -, ficar indo atrás disso, querendo culpá-los; não, muito antes pelo contrário, mas temos que corrigir os erros do passado, buscar a regeneração e preservar o pouco que ainda resta, isso nós temos que fazer. É tão óbvio, e era isso que se estava buscando.

Mal ou bem, o Rio Grande do Sul conseguiu regenerar um pouco das suas matas, a partir dos anos 90 – alguma coisa se conseguiu, dos anos 90 até agora, e dos anos 90 para trás, há uma certa regeneração. Quantos morros se consegue preservar por causa do Código Florestal no campo, na cidade e no Litoral? Se não fosse o Código Florestal, nem isso conseguiríamos.

Então, não é possível nós, em pleno século XXI, estarmos com uma visão do século XIX, do século XVIII, e olhe lá. É totalmente inadmissível isso. E mais, é claro que precisamos colaborar, ajudar, e a legislação prevê isso: os estímulos, os incentivos, os subsídios, o estudo e o acompanhamento para quem mora na cidade ou quer construir na cidade, sejam pobres ou sejam ricos, e na Zona Rural, é claro, mas isso está na legislação. Mas aí o que a gente vê de estímulos e incentivos? Isenção do IPI para carro. O carro e o caminhão não pagam IPI; o plástico não paga ICMS, mas a reciclagem do plástico paga. Não se fala no plano de manejo, que é a ciência que ajuda o produtor; não se fala no zoneamento econômico e ecológico, para trabalhar a vocação das regiões e dar um retorno econômico maior para os produtores, não se fala em como ocupar melhor a cidade, os mecanismos, porque, pela proposta que está aí, além da Zona Rural, como é que vamos conseguir fazer uma política de reassentamento de famílias que moram em área de risco? Vão continuar morando nesses locais: topo de morro, encosta, beira de recursos hídricos. O problema é tão grave na cidade como no campo, pela proposta que está sendo colocada. Essa é a grande preocupação. Por isso, é importante estarmos reunidos na terça-feira, novamente. Estávamos agora conversando com a Presidente, Ver.^a Sofia, com certeza o Ver. Todeschini também vai se somar, para fazermos uma Moção, que, se for aprovada, será enviada a Brasília. Temos que mostrar que o que está se tentando fazer é uma grande irresponsabilidade, que vai afetar a todos nós, principalmente o próprio produtor rural e as pessoas que moram em áreas indevidas, desumanas, na cidade. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ver. Beto. Eu registro que a Ver. Fernanda Melchionna e o Ver. Pedro Ruas estão em um debate aqui no Plenário Ana Terra sobre a revolução da Tunísia, mas estão solidários e, certamente, estarão compondo essa Moção.

O Sr. Sylvio Nogueira, do Movimento em Defesa da Orla do Guaíba, está com a palavra.

O SR. SYLVIO NOGUEIRA: Boa-noite a todos e a todas, eu não vou avançar mais, esmiuçar o Código Florestal, porque o professor Elesbão já fez isso. Eu quero só afirmar uma questão que a gente percebe dentro dos movimentos sociais: o que estamos discutindo não é uma questão técnica, claro que a técnica foi colocada pelo professor Elesbão, da Universidade de Santa Maria, enfim, pela sua explanação, que esmiuçou tecnicamente as questões do Código, nos deu uma aula nesse sentido – agradeço -, mas temos que entender que essa é uma questão política. É isso que temos que perceber: não é uma questão de ser contra ou a favor do meio ambiente, contra o desenvolvimento, aquele discurso que nós ouvimos seguidamente não só referente às questões da cidade, como também às questões do campo que agora estão sendo levantadas pela discussão do Código Florestal. Naquela briga que tivemos com os empreendedores e a Prefeitura sobre essa questão do Pontal do Estaleiro, a gente sentiu isso muito bem. Nós estávamos preocupados, não só com a questão da orla do Guaíba, mas com as consequências que aquele empreendimento teria sobre a orla, o perigo que havia na ocupação da orla, da privatização da orla do Guaíba.

Então, essas questões todas que são levantadas aqui na cidade de Porto Alegre ou em nível nacional, que envolvem questões ambientais, têm que ser vistas com uma visão política. Na política, está colocada a questão de relação de forças. Nesse sentido, as entidades, todos companheiros e companheiras que estão presentes, têm que ter a visão de que a nossa presença aqui deve fazer parte de um movimento que possa fazer pressão social no poder econômico que está por trás dessa proposta, e não é por acaso, porque essa proposta de Código Florestal vai anistiar grandes produtores, uma anistia geral e irrestrita dos prejuízos que eles derem à nação e ao fisco público. Coitadinhos! Os grandes produtores produzem *commodities*, para vender para o exterior, que não dão nenhum valor agregado para o nosso País, tanto é que a Dilma vai à China agora para colocar essa questão de fazer comércio, trocas, para o Brasil exportar produtos que deem valor agregado. Quem ganha com isso tudo? Claro, são os produtores. Se há uma chuinha ou uma sequinha, por causa do clima que está em modificação lenta e gradual, eles vão lá e pedem subsídios, pedem isenções. Nós sabemos como ocorre, nessas situações dramáticas em que o clima é o culpado, eles correm ao Poder Público para

pedir benefícios econômicos, isenções, e tudo mais. E as consequências sobram para quem? Para quem não tem esse poder de exigir esses benefícios econômicos.

Por trás desse Código, não por acaso, estão as grandes confederações nacionais e estaduais, não só do campo, mas dos grandes empreendedores da construção civil, apoiando esse tipo de Código Florestal que está sendo proposto e da forma como está sendo proposto neste momento. Disso é que temos que ter compreensão. Nesse sentido, essa discussão está limitada, porque esse público aqui é limitado, parece-me, pela importância dessa discussão. Ela é limitada, o poder político dos blocos do agronegócio está permeando essa discussão aos setores do Congresso Nacional que se opõem a essa investida que estão fazendo em termos de destruição do nosso Código Florestal.

Nós temos, então, que realmente participar, estar presentes e divulgar essas questões. As suas entidades, se têm, nos representantes, dirigentes sindicais, têm que colocar na roda, nas discussões dos movimentos sindicais dos seus sindicatos, essas questões, e não ficar apenas em questões corporativas, que também são importantes, sim, pois deram origem inclusive ao movimento sindical, mas hoje as questões corporativas ficam limitadas, elas têm que serem ampliadas: nós temos também que colocar para os nossos movimentos sindicais e populares essas questões que atingem diretamente o conjunto da sociedade, em especial àqueles que não detêm o poder econômico e político. Esse é o objetivo dessa reunião. No dia 19, nós vamos estar lá, vamos estar espalhando, dentro das nossas possibilidades, essa discussão que é fundamental para todo o povo brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Esse é o nosso Sylvio!

Com a palavra, o Ver. Todeschini.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Cumprimento a nossa Presidente, Ver.^a Sofia; professor Elesbão, o Fonseca, o nosso Francisco Dornelles – é fácil lembrar porque foi Ministro do Planejamento – e todos os demais presentes nesta Audiência Pública. Professor, essa questão é muito preocupante, porque ela não vem de hoje, como muito bem foi falado anteriormente, é uma questão que vem há muito tempo, vem desde os imigrantes, desde os projetos megalômanos que tivemos. Quem não se lembra do Projeto Ludwig, na Amazônia? Foram montados aqueles navios-fábrica, para celulose, arroz e tudo mais, sabendo que a Amazônia é um ecossistema perfeito em cima de um colchão de areia,

que, sem as árvores, vai virar um deserto; portanto, todo cuidado é pouco. Por isso, deve haver, de fato, um olhar especial. Assim como os microclimas, as microrregiões, as conformações de vegetação também precisam de um exame muito especial.

Agora, também é necessário não deixarmos de olhar criticamente o papel do Estado ao longo desses anos. Porque, de fato, o Estado foi só punitivo, professor. O Estado não produziu educação, não produziu orientação e não deu limites para essas questões que hoje são, em grande parte, praticamente irrecuperáveis. Parece-me que esse novo Código vem no sentido de piorar muito mais, porque vai criar tanta confusão, vai criar não só liberalidade, mas vai jogar de novo com um conjunto de questões que estão caminhando para um aprofundamento e para uma consolidação e que precisam, sim, ser clareadas, vai reabrir todo um debate que vai deixar muitas coisas no limbo e nas indefinições. E, nas indefinições, o que avança é a ilegalidade. É isso que também tem grande responsabilidade pelos grandes desmatamentos do Serrado, por exemplo, que foram feitos, todos, às costas da lei. Eu vejo que essa é uma preocupação além, por quê? Porque nós temos um Código Florestal. Ele tem problemas? Tem. Ele precisa de uma ação que não houve até agora do Estado, porque só a política da multa não resolve o problema. Depois, vai ao Ministério Público, cria-se um impasse, são milhares de pessoas que dependem dos empregos, dos negócios, das empresas, dos bancos, da arrecadação de impostos, e aí o que acontece? Faz um termo de ajustamento e acaba se perdoando os transgressores da lei. Isso tem que ser atentado também como um novo problema que vai ser criado, porque o Estado está desaparelhado, os órgãos ambientais têm uma fragilidade enorme e não conseguem delimitar os direitos e as obrigações nesse campo. Temos que olhar muito para esse lado, essa é uma situação que tem que ser enfrentada pelo Estado, porque ele é um dos grandes responsáveis. Quando falo em Estado, falo em todos os entes, em todas as épocas, em todos os tempos que permitiram que essa situação acontecesse, porque as transgressões ambientais foram feitas às costas do Estado, também pela incompetência, inanição e omissão do Estado. E, também, é muito grave a situação que está proposta para as cidades, principalmente quando se relega aos Planos Diretores e às Câmaras Municipais toda a responsabilidade sobre a questão ambiental. E a gente sabe o que é o poder e a fúria da especulação imobiliária. E, depois, nós vimos o que aconteceu ali, as imagens estavam muito claras sobre Teresópolis e Petrópolis, porque não eram casinhas de pobres que deslizaram na montanha, eram

mansões. Então, esses elementos têm que ser enfrentados, sim. Por isso é que essa Lei não deve prosperar; ela será muito ruim para o Brasil, será muito ruim para o futuro de todos nós e vai, em vez de trazer alguma solução, multiplicar, potencializar os problemas que nós já enfrentamos. Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Uma retificação: a Lílian Zenker está representando a Bancada do PPS. Foi falado PP.

O Sr. Renato Guimarães, do Ippoa, está com a palavra.

O SR. RENATO GUIMARÃES: Boa-noite a todas e a todos; boa-noite à Sofia, aos companheiros da Mesa. Desde já agradeço a prontidão da Sofia; quando a gente esteve aqui pelo Fórum, com o Deputado Ivo Valente, propondo que o Município, via Legislativo, abraçasse esse debate, começasse a trazer para a rua, para a sociedade de Porto Alegre esse debate, a Sofia prontamente disse: “O mais rápido possível, nós tendo agenda, a Câmara Municipal está abrindo esta conversa com a Fernanda, com o Ruas”. A gente conseguiu, com outros Vereadores da Casa, com o Beto, com o Todeschini, abrir esse primeiro espaço para o diálogo.

Tem um trabalho feito por uma ONG, que eu não me lembro, que mostra as entidades que fazem o *lobby* no Congresso Nacional. E montaram um esqueleto de quais são as principais Bancadas, não por Partido, mas por *lobby*, por interesse. O agronegócio, os ruralistas são a primeira maior Bancada; em segundo, vêm os chamados interesses do capital financeiro imobiliário, hoje, que envolve o dinheiro que circula nos bancos, no poder imobiliário – é a segunda maior Bancada. Juntos, eles vão a 320 Deputados – junto com os Senadores, eu acho que soma, é um cálculo do Congresso Nacional. Isso mostra o poder de fogo deles. E é quem está operando no sentido de querer ter uma outra legislação para anistiar os crimes feitos e poder avançar mais ainda na fúria de quem tem o poder do dinheiro e fazer tudo o que quer. “Não tem a lei, não tem o grito do ambientalista, não tem nada, porque a gente pode.” Quem está movendo isso tem muito e muito poder. Controla o financeiro deste País, controla os Governos deste País e, portanto, o jogo não é pequeno.

Eu acho que a primeira coisa de que temos que nos dar conta é por que um Plenário, para debater um tema tão caro, tão importante para a sociedade, não é um Plenário que lota. Eu estive aqui, na audiência pública – a Ver.^a Sofia, a Ver.^a Fernanda estavam aqui – , e o debate sobre o Projeto do Cais Mauá lotou este Plenário. Tinha gente lá fora. O Projeto do Cais Mauá coloca edifício a cinco metros da beirada do rio. Não, o interesse, aqui, era um interesse imobiliário de construir dez torres de prédios junto ao Cais Mauá. Esse é era o interesse! Então, o que faz com que aquele Plenário lote e este Plenário tenha aqui bons lutadores, cidadãos interessados em que a trajetória da humanidade, da casa onde a humanidade está organizada, não tenha o triste fim de São Lourenço do Sul? Vimos, agora que as plantações de arroz foram levando toda a proteção dos rios, e os rios responderam. Vimos o que aconteceu no Rio de Janeiro e o que aconteceu – é claro, uma tragédia bem maior – no Japão.

Eu pergunto: matar é crime? É crime. Pode perguntar para qualquer um na rua. Matar é crime, a pessoa sabe que é crime. Derrubar floresta é crime? Tu perguntas para o povo na rua, e ninguém sabe que é crime, porque não existe uma cultura no País que proteja, uma educação que diga que tem que preservar o rio, que se não preservar é crime. Mas é crime para o cara saber que é crime. Então, há todo um processo a ser feito. Por não ter esse processo feito, os oportunistas vão e se aproveitam. Estão fazendo. Aqui em Porto Alegre, vamos lá, a gente está discutindo o Código Florestal e danos na Amazônia, danos no nosso Interior. Mas, aqui em Porto Alegre, eu moro no Bairro Bom Jesus; do lado está sendo feito um crime. Uma grande construtora de Porto Alegre, a Construtora Rossi, está fazendo um plano de construção de não sei quantas torres e devastou três morros, onde tinha mato. Tinha mato, porque eu me lembro. Tenho mais de 40 anos e me lembro de atravessar e ir lá no Dilúvio, com peixe ainda. Esses matos todos foram derrubados. Crime ambiental em Porto Alegre. Aqui, na beirada do rio, nós fizemos uma grande luta e não deixamos construir no Estaleiro. Está lá, ainda, o terreno vazio. Tu passas com o carro, tu consegues enxergar o rio. Mas tu vais lá na Rua Orfanotrófio, lá em cima, e tu olhas para o Rio Guaíba, ergueram uma torre preta, que tu não consegues mais enxergar o rio: tu enxergas só o outro lado, que é a cidade de Guaíba, a terra. Tu não consegues mais enxergar o rio. É isso que eles querem.

Eu finalizo, propondo algumas questões: eu acredito, sim, na democracia participativa; acho que ela é elemento importante, que funda a sociedade democrática, mas a nossa

Constituição não limita a participação do cidadão à democracia representativa. Eu acho que é necessário que a gente chame a atenção da sociedade que, para esse assunto do Código, o cidadão brasileiro tem que ser ouvido. Eu não aceito que um conjunto de Parlamentares, todos vendidos para o grande *lobby*, decidam. Eu acho que nós temos que chamar um processo plebiscitário neste País que diga qual é o tipo de proteção que nós queremos para a nossa casa.

Quero, também, propor duas coisas, aqui, Sofia; uma é que a Câmara tem aqui um instrumento importante de comunicação, que é a TV Câmara, que acessa alguns lares em Porto Alegre. Eu queria propor, por exemplo, um debate, que pudesse alguém do Fórum, o Fonseca, alguns ambientalistas; se aparecer quem defenda essa reforma assassina do nosso meio ambiente, que vá lá também, que faça a sua parte, para a gente fazer um bom debate na TVCâmara, para ampliar o conhecimento. E que também a gente use, via Fórum, se a Câmara puder participar, o espaço democrático desta Cidade, que é a Esquina Democrática, para distribuir um material ilustrativo, informativo, que diga para a população: “Olha, vocês estão correndo um risco; não é só no Rio de Janeiro que pode acontecer mansões e casas serem lavradas pelo poder da natureza. Aqui pode, porque os nossos morros estão sendo devastados e ocupados”. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Desde já, estão acolhidas as propostas.

Convido o Sr. Francisco Milanez, da Agapan, para fazer uso da palavra.

O SR. FRANCISCO MILANEZ: Boa-noite, Presidente, demais Vereadores e outros membros da Mesa. Em primeiro lugar, eu queria dizer o seguinte: esta Reforma não é uma brincadeira, é uma coisa muito séria, porque ela começou em Santa Catarina, o que é muito interessante, pois é o Estado onde não tem uma Bancada que seja mais reacionária e mais ligada ao desrespeito, seja de pesca, seja de desmatamento e todo o tipo de coisa. Santa Catarina foi o Estado sempre coerente por nunca respeitar coisa nenhuma. Temos que tirar o chapéu para uma coerência dessas, não? Começou lá, e é uma vergonha que o Rio Grande do Sul, que sempre ambientalmente foi pioneiro, esteja seguindo Santa Catarina, porque os Deputados do Estado copiaram a Reforma de Santa Catarina, estão tentando implementar no Rio Grande do Sul e, agora, em nível federal.

As alegações principais a que se assistem, pelo menos nos debates dos quais a gente participou, são constantemente repetidas, como a inviabilização da pequena propriedade. A Fetag, que tem um trabalho sério, um debate feito há bastante tempo sobre isso, tem que ser respeitada. Ela, num debate que nós fizemos na Assembleia esses dias, ficou incomodada por ser dito que estava sendo usada como massa de manobra – ela e a Contag. A verdade é que está sendo usada. Eles fizeram um debate, que é um debate sério; eles deveriam, hoje, estar debatendo com a sociedade algumas questões do Código Florestal e, como eu digo, os ambientalistas nunca tiveram nada contra inviabilizar ou a favor de inviabilizar a pequena propriedade. Entretanto, eles caíram no colo dos grandes produtores. E o fruto desse cair no colo – que eles ficaram muito ofendidos, quando foi dito – é que, obviamente, eles têm demandas que são mais sérias, só que, para eles terem o apoio dos grandes e o dinheiro na campanha, eles vão ter que ceder nas coisas mais essenciais. Eu diria que as coisas mais essenciais é que aquelas flexibilizações que se poderiam fazer para o pequeno produtor, os grandes querem. E o pior, está tácita neste Projeto a descaracterização da pequena propriedade rural, porque a pequena propriedade rural, hoje, no Brasil, que é tratada de forma diferenciada, como se deve tratar os diferentes, para fazer justiça, ela é definida pelo módulo rural, pela quantidade de módulos, mas, pelo fato de ser majoritariamente a renda da família tirada dali, e morar na propriedade. É esse pequeno detalhe que vai ser tirado fora. E esse pequeno detalhe vai fazer com que se multipliquem e se fracionem as grandes propriedades rurais para chegar e ter as benesses das pequenas, acabando, portanto, com qualquer benesse, porque só existe benesse se existe relatividade. Se for uma coisa para todos, já não é mais e já não tem mais a função social e já não tem mais o bom-senso e não tem mais nada. Isso é, portanto, uma chamada urgente que nós tínhamos que estar negociando com a Fetag e com a Contag, mostrando que a sociedade está interessada neste problema, a despeito de uma outra coisa que é importante dizer: a Fetag, no seu discurso, jamais diz quantas propriedades rurais e qual é a percentagem que fica inviabilizada. Então, eles dizem: está inviabilizando. Eu diria o seguinte: muitas propriedades rurais já foram compradas inviáveis, já foram criadas inviáveis, porque elas estão numa montanha ou são pura pedra, quer dizer, nós não vamos fazer uma reforma na legislação, de proteção, para fazer com que o cara plante. Existe uma coisa muito anterior, e foi dito aqui, a cultura europeia que nos civilizou – se a gente pode usar esse

termo com seriedade – é a cultura nossa, dos nossos ancestrais, é uma cultura absolutamente temperada, que veio para um país tropical, e até hoje causa danos, porque nós, num país tropical e subtropical, como é o caso aqui, nós até hoje não aprendemos a viver em florestas, não aprendemos a usufruir as florestas e tirar delas um proveito que é infinitamente maior do que qualquer proveito tirado em país temperado, que é um proveito sazonal de safra, seja de soja, ou seja de qualquer coisa. Qualquer terra no mundo é mais produtiva com florestas, sabendo usá-las; nós até hoje não aprendemos. Então, aqui eu coloco uma coisa: a pequena propriedade rural só vai ser viabilizada, aqui e em outros lugares, sem destruir tudo, se a gente investir em utilização da floresta, e aí as coisas ficam diferentes.

Essa cultura que veio para cá é a descaracterização da pequena propriedade, somada a uma outra questão. A especulação do campo, que é isso que está acontecendo, são os grandes proprietários que querem liberalizar e ter toda a possibilidade de fazer o que bem entender, ela é igual, a especulação agrícola é igual à especulação imobiliária. São aves de rapina, que abandonam o cadáver depois, porque essa é a grande diferença do vínculo do agricultor com a terra, com o especulador agrícola. O especulador agrícola não tem nenhum amor, ele vai usar, no máximo, plantar a área total, e quando perder fertilidade, como aconteceu com a Wolkswagen, que fez a maior queimada da história do mundo, até hoje, onze anos depois, quando acabaram os incentivos fiscais do Governo Militar, eles venderam a fazenda, passaram adiante. Esta é a especulação agrícola.

A especulação imobiliária não vai morar nas cidades ou nos locais onde eles destroem; ninguém vai querer. Então, eles têm o mesmo comportamento.

Bom, agora, objetivamente Porto Alegre, nós somos a única Capital do Brasil com área agrícola, com produção agrícola e com crescimento tremendo de produção orgânica, e isso é um orgulho para nós. Nós temos que nos posicionar fortemente, porque o Código não só incide sobre todo o País, como especialmente sobre as áreas agrícolas, mas também, todo o pouco de preservação que nós temos com toda a pressão urbana de falta de moradia para cima das áreas úmidas das beiras de rios e para cima dos morros, ainda temos alguma coisa devido ao Código, e a nossa área rural preservada, também. Quer dizer, Porto Alegre tem que se posicionar, e eu acho que na posição, o que está em jogo, essa mudança de Código: essa confusão de querer sobrepor uma área de preservação permanente com uma reserva legal, sendo que elas têm funções de proteção

completamente diferentes, que apenas às vezes se entrelaçam: uma de preservar áreas delicadas e especiais, como os morros, os banhados e outros; e outra, de preservar uma percentagem do território com a fauna e flora nativas. Então, elas têm funções diferentes, essenciais. E hoje quem é que vai pagar a conta sobremaneira desta mudança no Código Ambiental? As cidades. Porque nós já estamos, as pessoas dizem: a água vai acabar. Não. Nós já estamos sem água, porque nós já estamos, no Rio Grande do Sul, que é um dos Estados mais ricos, sem água, com duas bacias – a do Rio Santa Maria e a do Litoral Norte – sem água, e estamos com as bacias que têm água ainda têm água no Rio Grande do Sul estão com a água cada vez de pior qualidade. Ter água não é ter água líquida, é ter água de qualidade. Com esta Reforma do Código, que vai ofender diretamente as matas ciliares, as zonas mais importantes de proteção dos mananciais, vai prejudicar a qualidade da água, a existência e a permanência das nascentes. E, por fim, há a questão do assoreamento, que as matas ciliares são grandes protetoras dos rios, para não deixar os rios se assorearem com a erosão agrícola. Esse assoreamento que está provocando, com chuvas cada vez menores – nós não temos chuvas maiores, nós temos chuvas menores, e cada vez mais enchentes – e isso as principais prejudicadas, as pessoas que perdem o emprego, a casa, e tudo o mais, são as cidades.

Eu acho, então, que nós, a Câmara de Vereadores faria o melhor serviço possível se, além de se posicionar, chamasse a população a entender que isso é na veia de cada cidadão. Isso não é uma coisa para os ambientalistas, não é um problema agrícola: é um problema de todo cidadão, e diretamente na qualidade de vida, que passa, em primeiro lugar, pela qualidade de água que nós bebemos; e essa água é a água também que movimenta as indústrias e que movimenta a nossa agricultura. Então, quer dizer, está em risco, inclusive, a coerência do Brasil nos acordos internacionais; o Brasil falou de redução de CO₂, etc., o que vai de encontro a essa Reforma diretamente, todos os compromissos assumidos, internacionais, do Brasil. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Que esses aplausos também sejam pelos 40 anos da Agapam, que logo homenagearemos nesta Casa.

A Sra. Tânia Faillace, da Região de Planejamento 1, está com a palavra.

A SRA. TÂNIA JAMARDO FAILLACE: Bom, uma das coisas que eu queria, em primeiro lugar, falar, é da minha surpresa que a Secretária Estadual de Meio Ambiente não esteja presente. Eu andei telefonando, agora, nessa última semana para o gabinete, porque a gente tem interesse em conversar com ela, sobre alguns assuntos específicos até de Porto Alegre, como a questão do Morro Santa Tereza e outras coisas, e foi me dito pela Chefe de Gabinete que ela estaria aqui, impreterivelmente. E eu não vejo a presença de nenhum representante do Estado, o que eu acho até indelicadeza.

Bom, o que a gente tem visto – já foi falado muita coisa fundamental e importante -, mas é só para tocar em algumas coisas e lembrar de algumas coisas. A questão que foi em relação à Amazônia, a “corrida para o Oeste”; eu, como sou das mais velhas, eu me lembro bem, que era “integrar para não entregar”, mas entregaram para estragar. E, em 1988, eu fiz um vasto périplo pelo Norte do País, e a gente viu o que aconteceu com aqueles assentamentos, porque queima, faz a queimada, faz o broque, faz a coivara, e plantam. Aí não colhem duas safras, porque a terra vira pedra, e se abrem voçorocas inimagináveis, num período de um ano. Eu estive em vários assentamentos, e as mandiocas que plantavam era dessa finurinha, da finurinha de um dedo, porque não conseguiam vencer aquela areia consolidada, que praticamente virou vidro. E isso, quer dizer, é uma miséria violentíssima. As pessoas tinham ido com tanta ilusão, as que foram assentadas, e estavam passando pior do que os nossos moradores de rua.

Outra coisa que eu acho interessante lembrar é que esse avanço, não só a venda de áreas para estrangeiros nos litorais, é que em 2008 houve aquela tentativa de reduzir a faixa de fronteiras e que o líder se chamava Sérgio Zambiasi. E nós tivemos uma Audiência Pública, com a presença da PDMA, tinha o Eduardo Carrion, que era o Diretor da Faculdade de Direito, e várias outras pessoas, representantes da Federação Brasileira de Municípios. Horríveis, horripilantes, pavorosos e comprometidos; e alguns Deputados, além do Sérgio Zambiasi, que também a gente não deve deixar a bolsa muito perto.

Bom, aí foi levantada a questão da pressão da Stora Enso. A Stora Enso tinha começado a comprar terras na área de fronteira; quando ela foi matricular essas terras, ela não pode porque a Constituição Brasileira não permite – como é que se chama? – terra fronteira nas mãos de estrangeiros, o que é um item básico de segurança nacional, obviamente. Então, o Senador Sérgio Zambiasi foi desmascarado na hora, mas ele tem todo aquele jogo de cintura, e ele disse: “Gente, eu fiquei tão pequenininho, é verdade, mas eu acho

que é bom para os Municípios; etc. e tal”. Foi desmoralizado pelo Eduardo Carrion e pela PDMA.

Então, a gente vê como tem maracutaia mesmo. E agora, recentemente, no mesmo ano de 2008, que é quando saiu aquela coisa que o Professor Elesbão falou, aqueles acertos, aqueles ajustes, foi um ano muito rico, porque, no mesmo ano, se falava do PAC da Copa, que é outro conjunto de maracutaias maravilhoso. Bom, aí eu, sem ser convidada, dei um carteiraço de jornalista, e entrei num seminário promovido pelo Ministério das Cidades, naquela época dirigido pelo Marcio Fortes, do PP. Nesse seminário foram faladas as questões do PAC da Copa, e estavam presentes todos os órgãos e entidades relativos à construção, e também, claro, os dois clubes aqui do Sul. Foram faladas algumas coisas que, realmente, me impressionaram por parte do Ministério das Cidades. Uma: “Nós temos algumas tarefas imediatas, que se precisa fazer; uma delas é a flexibilização das leis ambientais. A legislação ambiental brasileira é muito dura e ela prejudica a construção. Outra coisa que temos que fazer é limitar a ação da Funai, porque a Funai prejudica a construção quando não deixa passar uma estrada no meio de uma reserva. E outro cuja ação tem que ser limitada é o Ibama, porque ele atrapalha a construção”. E desses três anos para cá, nós vimos, efetivamente, que isso tudo está sendo feito: flexibilização da legislação ambiental; o Ibama, que não apita mais nada, concorda com tudo; ainda tiveram esse “puxão de orelha” recente, da OEA, com relação ao Belo Monte. E a Funai, a gente não ouve falar. Será que ainda existe no mundo? O que aconteceu com os índios? Não são mais protegidos pela Funai? O que ela está fazendo com a Belo Monte? Absolutamente nada! E, então, é realmente um complô, gente, do poder econômico junto com as instituições públicas. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Fernando Campos Costa, representando os Amigos da Terra e a APDMA, está com a palavra.

O SR. FERNANDO CAMPOS COSTA: Boa-noite a todos e a todas. Eu acho que esses momentos são importantes para a gente ver os posicionamentos e ver quantas coisas estão relacionadas com o Código. Parece uma coisa bem simples, e realmente é bem complexo onde está tocando o tema do Código. A gente tem visto vários temas que estão relacionados, que também estão acontecendo lutas, como toda a questão dos

agrotóxicos, da campanha que está começando agora, que também é o mesmo ator, o agronegócio também tencionando para seguir essas contaminações. A gente tem participado de alguns espaços onde vemos, internacionalmente, as discussões do clima, as discussões da biodiversidade nessas conferências internacionais, onde a gente vê que tudo que está acontecendo agora faz uns dois anos que se vem construindo – não começou agora. Eu acredito que essa ideia de que o Código e os argumentos de mudanças do Código Nacional são realmente desculpas locais para poder fazer essa alteração, que é um tema internacional. É realmente uma outra colonização e uma outra forma realmente de a gente estar mais entregue e vulnerável, porque o agronegócio está todo relacionado realmente com a segurança jurídica dessas empresas e desses processos que hoje estão ilegais – como a gente vê hoje está tudo ilegal – e a intenção de expansão. Hoje, no jornal, a gente estava vendo a ideia, na reunião que está acontecendo na China, sobre a redução dos valores da *commodities*. Então, se reduzir os valores, mais áreas precisam para esse processo acontecer. A gente tem que se alertar um pouco para o tema internacional, porque eu acho que está muito descolado da discussão. E a gente vê realmente que o processo está acontecendo aqui no Brasil – e o Brasil ainda é um dos três países que ainda tem floresta – e que essa discussão do Código toque em alguns pontos. E um deles é essa ideia do mercado de carbono, que trata dos serviços ambientais, que é uma discussão que a gente tem feito há muito tempo. O Movimento Ambiental fala que a natureza tem serviços que não são cobrados, como a abelha que faz polinização. Mas só que a abelha não tem conta bancária, não é? Ela não vai receber esse valor em algum lugar. Então, eu acho que normalmente o capital se apropria desses discursos, dessas construções e vê uma forma de ganhar dinheiro. E a gente acha que o Código tem que ser visto dessa forma, como mais um avanço, como mais uma colheita do capital sobre o nosso território. E o tema do dia 19, eu acho importante a gente conseguir uma aliança, pois há vários atores defendendo o Código, há vários atores históricos do processo ambiental do Rio Grande do Sul. Nós também temos um compromisso com o mundo, e eu acho que temos um movimento ambiental aqui. Então, eu acho que a fala que eu faço aqui é mais para nós que estamos na luta, para a gente conseguir um espaço de confiança realmente para podermos avançar nessa luta e poder estar, cada vez mais, mobilizando gente na Cidade. Eu acho que na Cidade é onde está a opinião Pública hoje, é onde está muito da juventude, muito do pessoal da Academia também, e é uma força

que a gente pode estar unindo e fortalecendo. Eu acho que a gente tem que fazer uma preparatória para receber a Ministra, para mostrar como é que Porto Alegre, como é que o Rio Grande do Sul se posiciona ao tema ambiental. Eu convoco as organizações para que a gente se organize para realmente dar uma amostra do que é esse histórico, o que é esse nosso legado que a gente tem de preservação. E é muito importante a gente relacionar esses temas com tudo. A gente estava, há pouco tempo, no Consema com a votação do fim das APPs Urbanas, que é uma outra discussão que está aí. São vários temas, e a cada dia a gente é chamado por um Conselho, para um debate, para uma forma participativa como sociedade civil. E, ao mesmo tempo, as pessoas que são pagas para isso, a gente vê que não estão presentes nem para nos ouvir. Então, eu acho que realmente é um desrespeito, e, à parte, se hoje a gente olhar o dinheiro das campanhas políticas, a gente vai ver as decisões políticas dos espaços. Então, eu acho que isso é importante a gente ter, tem lista do que o setor da celulose bancou na eleição passada. E a gente vê que uma das propostas dos serviços ambientais é que, do dinheiro de licenciamento, tipo fez hidrelétrica, compensação ambiental, então, polui de um lado e preserva de outro. E eu acho que isso aí não nos serve. Eu acho que a gente tem que ter, sim, o serviço ambiental, mas com recursos públicos e que a gente possa ter, não como uma forma que a gente vê a publicidade hoje, tipo a Petrobras, fazendo propaganda do seu trabalho com as organizações de uma forma que o dinheiro da publicidade é o dinheiro que eles estão dando para isso. Então, eu acho que a gente tem que realmente se apropriar mais disso, e não é, às vezes, discutir a forma como está sendo feita. É isso que a gente pode contribuir com esses históricos, e espero que a gente consiga se juntar para fazer essa luta. Eu acho que a Cidade está demandando essa mobilização, e a gente se juntar mais. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Fernando. Nós já estamos organizando a Moção, para ver se, na segunda-feira, a gente já vota uma posição, para terça-feira entregar, em nome da Câmara, para a Ministra. (Palmas.) Está aqui o nosso professor nos ajudando com materiais.

A Ver.^a Fernanda Melchionna, do PSOL, está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa-noite a todos e a todas. Eu queria saudar todos os companheiros, os companheiros da Mesa, saudar todos os lutadores que estão aqui, conhecidos de várias lutas que nós fizemos na Cidade. Eu me atrapalhei no caminho, porque eu perguntava da Moção, pois nós apresentamos, Fonseca, depois do debate provocado com a vinda do Deputado Federal Ivan Valente, realizado no Sindicaixa. Eu e o Pedro Ruas, nosso Líder do PSOL, apresentamos uma Moção de Repúdio ao Relatório do Aldo Rebelo. Já está protocolado e, certamente, pronto para colocar em votação. Foi justamente provocado pela vinda do Deputado Federal que propôs um relatório que mutila o que se tem de garantias do Código Ambiental Brasileiro, e que recebeu uma medalha quando veio ao Rio Grande do Sul, desonrando a luta de todos nós e, ao mesmo tempo, veio de uma forma relâmpago. E não houve a capacidade de a gente organizar uma mobilização naquele momento, mas, depois, veio a iniciativa no sentido de não deixar passar em branco esse relatório que foi apresentado por ele.

Na verdade, eu queria intervir, e acho que nós todos que estamos aqui temos muito consenso nos riscos e no escândalo que são as propostas apresentadas pelo Aldo Rebelo, seja na flexibilização das áreas de preservação permanente, das áreas das encostas, das áreas de nascente, seja, sobretudo, na tirada ou retirada das multas ambientais até 2008. Na verdade, é uma premiação aos grandes poluidores, aqueles que desmataram, que depredaram, que acabaram com áreas de preservação ambiental, ganharão um prêmio de não serem multados, pelo relatório do Deputado. E isso é importante, porque, ao mesmo tempo em que o Renato nos trouxe vários exemplos da Bom Jesus, de Porto Alegre, nós podemos falar do Cais Mauá que segue o Projeto de uma torre de 100 metros de altura na área da orla do Rio Guaíba. Nós podemos falar da luta que nós fizemos do Pontal do Estaleiro, uma luta vitoriosa, fruto da mobilização, mas nós podemos falar da grande expansão dos grandes empreendimentos na cidade de Porto Alegre e nos ataques que eles fizeram no Plano Diretor da Cidade. Eu lembrei do Vale dos Sinos, da mortandade dos peixes que, em dois anos consecutivos, no mesmo período, fruto das mesmas empresas, poluíram e mataram os peixes. E ela não ter multa, fica mais difícil que se consiga, de fato, garantir a preservação do rio e a penalização daqueles que são os depredadores do lucro cego, acima da vida, acima do Planeta. Por isso que, para nós, parece fundamental a ampliação do debate democrático, e a proposta dos movimentos de um plebiscito é fundamental para comprar esse debate. Eu acho que

é fundamental que a gente cobre do Governo Dilma uma posição, porque faz semanas que nós vemos uma discussão de que vai se avançar, de que vai se construir. E por que eu digo isso? Porque a base do Governo é maioria no Congresso Nacional. A maior parte dos Deputados são dos Partidos aliados da base do Governo Dilma no Congresso Nacional, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado. Isso é importante, porque, se a posição é contrária, não tem relatório do Aldo Rebelo, não tem votação com a mobilização dos ambientalistas, com a mobilização dos trabalhadores! Porque se esconder para não dar posição, não dá! Nós precisamos de posição política, e não dá para acontecer, não é, Professor Paulo Brack, que a gente vá lá levar o nosso recado na Assembleia Legislativa e não deixem as faixas entrar? E isso aconteceu com professores e com ativistas, em outros momentos, aqui no Rio Grande do Sul. Mas eu tenho certeza de que não acontecerá, no sentido de que a gente possa levar esse recado em relação à cobrança da posição política. Segundo, cobrar a permanência e a manutenção da obra escandalosa e da obra irresponsável de Belo Monte, que foi trazido por outros companheiros nesta tribuna, mas que, na verdade, é um acinte ao povo brasileiro, uma área com uma biodiversidade riquíssima, uma área em que vivem 13 mil indígenas que foram dizimados na história deste País pela colonização portuguesa, novamente está sendo atacado e, infelizmente, o Governo – não só neste caso – não apresenta posição como é o promotor da obra de Belo Monte lá no Rio Xingu. Também acho muito importante a discussão das usinas nucleares – não vai dar tempo de falar sobre elas -, mas me parece que a experiência do Japão é muito frutífera para a gente debater as usinas que seguem sendo construídas no Brasil, como a Angra 1, Angra 2, Angra 3. Eu queria concluir com o problema da Copa, com o debate da Copa, que nos parece uma combinação de um pacote de ataque ao pouco de legislação ambiental que nós temos, casado com projetos destruidores, dos quais vários eu me referi, e há vários outros para se referir, combinado com o processo de superexploração dos trabalhadores. Nós vimos recentemente as greves, no Norte e no Nordeste, de 170 mil trabalhadores das obras do PAC que estão sendo superexplorados com trabalho semiescravo. Nós podemos aceitar o papo de que o Brasil é a sétima economia do Mundo, passando por cima do Meio Ambiente e passando por cima dos trabalhadores. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Isabela Damilano Vieira está com a palavra.

A SRA. ISABELA DAMILANO VIEIRA: Eu nunca falei em público, sou virgem ainda, mas eu gostaria de informar à Câmara Municipal que em Belém Novo existe um problema, porque foram vendidas terras de mangues, de Belém Novo até a Ponta Grossa, para o Terra Ville. Vamos dar nomes aos bois. Não vou dizer em que Administração política foram feitas essas vendas, mas com o Estatuto de preservação. Mas muda o Estatuto, e será feito, como disseram aqui, uma aquisição imobiliária. É perto do rio; é uma coisa séria. Fora... Eu não tenho muito o que dizer. Acho que é isso. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Isabela. A Câmara está fazendo algumas caravanas temáticas, e uma que deveríamos fazer, Vereadores, é nesses empreendimentos. Estão chegando muitas denúncias de empreendimentos na Zona Sul. Por exemplo, no início da Cel. Marcos, entrando no morro, do lado esquerdo. Então acho que isso é mais um desafio para nós. A Sra. Maria da Conceição Carrion, do Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente, está com a palavra.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO CARRION: Inicialmente, vou complementar um pouquinho a fala do Fonseca, agradecendo a Câmara de Vereadores pelo espaço nos dado, ao Fórum em Defesa do Código Florestal, através da Presidente Sofia Cavedon, e agradecer a presença do público. Peço um pouco de paciência, que eu vou ler o que escrevi aqui na chegada, e espero que sirva para reflexão e para algumas informações. Eu começaria dizendo que – é pena que o Padre Tarciso já se retirou -, para a Campanha da Fraternidade de 2011, a Igreja, no Brasil, propõe, como objetivo geral, contribuir para a conscientização das comunidades cristãs e pessoas de boa vontade sobre a gravidade do aquecimento global e das mudanças climáticas, e motivá-las a participarem dos debates e ações que visam enfrentar o problema e as condições de vida do Planeta.

Eu fiz um breve levantamento hoje à tarde e, nessa breve pesquisa, eu tenho comigo cerca de dez pareceres, estudos, análises e posicionamentos que dão conta das graves consequências da aprovação do novo Código tal qual é proposto pelo porta-voz, nós sabemos, Dep. Aldo Rebelo, do PCdoB, que é um porta-voz do agronegócio e dos ruralistas. Eu gostaria de citar, para conhecimento, caso alguém não os tenha, que esses pareceres, análises, posicionamentos de entidades diversas são, entre elas, saídas da

Associação Brasileira da Ciência; SBTC; Unesp; Fetraf; Via Campesina; CNBB; Partido dos Trabalhadores; PSOL; Terra de Direitos; Observatório do Clima; FZB – Fundação Zoobotânica, mais recente; Texto do Frei Sérgio, que também é uma análise de 2009, mas está completamente atual; e até a indústria papelreira, com o Instituto BioAtlântica, entre outras. Podíamos também elencar uma série de artigos de pessoas interessadas, estudiosos, entre os quais alguns se encontram aqui, como o próprio Ver. Beto Moesch, a médica Naida Degrazia, o jornalista Flávio Tavares, Juremir Machado, e tantos outros mostrando o absurdo das mudanças propostas nesse PL.

Apesar de todos esses alertas, o Dep. Rebelo e os ruralistas continuam com o propósito, entre aspas, de matar o futuro para parodiar ou fazer alusão ao título de um recente artigo que saiu no jornal Zero Hora. Preocupados apenas com os lucros da produção para exportação, com o acréscimo das vendas dos venenos agrícolas, o agronegócio, aterrorizando os pequenos produtores com argumentos distorcidos, esquece que o Código Florestal Brasileiro é como o guarda-chuva para a proteção da nossa natureza, da nossa biodiversidade, e que ele não diz respeito apenas ao mundo rural, mas também ao mundo urbano. Fecham os olhos para as tragédias, como essas todas que foram citadas aqui, na própria São Lourenço, aqui ao lado, Santa Catarina, Rio de Janeiro, enfim, como se eles fizessem um cheque em branco para degradar e para destruir a natureza. Produzir e consumir com responsabilidade e respeitando a natureza, isso não passa pelas suas cabeças, não lhes interessa. Cabe, então, às pessoas de bom senso exigirem a ampliação desse debate, do que poderíamos chamar de espinha dorsal da nossa legislação ambiental.

Finalizo citando um filósofo ligado também à CNBB, filósofo paranaense, que em recente entrevista disse: “Viver em harmonia com a natureza é ter compromisso e responsabilidade tanto com as gerações atuais como com todos os seres vivos, sobretudo aqueles mais desprotegidos e excluídos e mesmo com as gerações futuras.” Então, essa é a nossa responsabilidade social e política, e cabe a cada um de nós, e todos juntos, através da nossa luta organizada, ampliar e barrar a votação desse Código sem que haja um debate mais profundo. E nós, do Fórum, conclamamos, em defesa do Código ambiental, que as pessoas que ainda não estão organizadas em torno dessa luta que apareçam todas as terças-feiras, no Simpa, no Largo Zumbi dos Palmares, às 17h30min, para se juntar a nós nessa luta. Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Maria da Conceição. Agora fala o Dan Gabriel D'Onofre, do Partido Verde do Rio de Janeiro. Bem-vindo!

O SR. DAN GABRIEL D'ONOFRE: Primeiramente, boa-noite a todos e a todas. Eu estou morando em Porto Alegre há pouco tempo, acho que não tem um mês de moradia, mas já me sinto em casa sabendo que tenho direito à voz aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre. (Palmas.)

Eu sou da região serrana do Rio de Janeiro, onde aconteceu a maior tragédia natural da história do nosso País. Se durante a minha fala, eu me exceder em emoção, por gentileza, me desculpem, pois perdi família e tudo o mais.

O que mais me preocupa é que por trás desse tipo de proposta que é levada à votação, que para mim é incabível uma mudança que atinja diretamente o meio ambiente e a vida da sociedade brasileira e mundial, por um Partido que faz parte da Bancada que compõe o atual Governo Dilma. Essas propostas que foram colocadas para constatação e apreciação dentro da Câmara dos Deputados e, possivelmente, após, no Senado, não permite que a região serrana do Rio de Janeiro tenha futuro, porque, se puder desmatar acima de 1.800 metros, para quem conhece a região serrana do Rio de Janeiro, acabou! Aquela quantidade de chuva que caiu em Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Bom Jardim, Areal, Carmo e Sumidouro, não se sabe de onde veio, porque o clima do nosso Planeta está totalmente interligado. As questões que permeiam as mudanças no Código Florestal Brasileiro são de maior amplitude e que acabam atingindo não somente o meio ambiente em si. Então eu gostaria de alertar os gaúchos e gaúchas que estão aqui presentes para que venham tomar conhecimento e ciência da dor que o Estado do Rio de Janeiro passou. Vocês tiveram algo muito semelhante em São Lourenço do Sul, se não me engano, e que venham a somar conosco uma luta para que isso nem seja modificado, mas se for, que seja algo para melhor, algo voltado para a sustentabilidade, porque uma mudança num código florestal que permita atrocidades como a que aconteceu e matou quase duas mil pessoas no Estado do Rio de Janeiro e que pode matar a qualquer momento outras pessoas no mundo, porque é como se fosse uma roleta-russa, uma hora acontece em Angra dos Reis, outra em Santa Catarina, no Paraná, eu, sinceramente,

espero que as pessoas não compartilhem da dor que eu tive e que as pessoas que perderam tudo, no Rio de Janeiro, tiveram.

Venho também para poder ampliar o debate para uma causa que está voltada para esses modelos que são impostos à sociedade totalmente voltados para o produtivismo. O que conforma a vida na Terra, no nosso Planeta, é ser totalmente composto por oxigênio e nitrogênio. Planetas que têm a atmosfera composta em sua grande maioria por gás carbônico, não há possibilidade de vida. O que o ser humano está fazendo atualmente é lançar cada vez mais gás carbônico na atmosfera da Terra, transformando o nosso Planeta num lugar inabitável daqui a algum tempo. Então, será que esse modelo produtivo, de acumulação de capital, de produção de bens materiais, de sociedade de consumo é, de fato, um desenvolvimento, é, de fato, sustentável? Eu trago essa reflexão aqui para o Rio Grande do Sul para que vocês, como os nossos irmãos também, tomem forças para poder lutar contra essas mudanças que, possivelmente, podem ser implementadas pelo capital especulativo no meio rural, pela Bancada ruralista, que é a mesma Bancada desde a época da divisão de terras, das Sesmarias, permanecem no poder. Nós vamos entrar no terceiro milênio com a mesma rigidez social que foi implementada quando os portugueses chegaram aqui no Brasil. Será que esse é o caminho do desenvolvimento? Eu acho que não. Eu gostaria de compartilhar esse meu ponto de vista com todos vocês. Muito obrigado pelo espaço. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Antenor Pacheco, do Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente, está com a palavra. É um dos coordenadores da vitória do Morro Santa Tereza.

O SR. ANTENOR PACHECO NETTO: Vitória até agora, minha companheira.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Não, essa vitória será maior ainda.

O SR. ANTENOR PACHECO NETTO: Sra. Presidente da Câmara de Porto Alegre, companheiros de lutas; de tudo o que já foi dito aqui, vou ressaltar, fiz uma colinha, que o Brasil é um dos países com a maior diversidade biológica do mundo, onde temos cerca de

20% de todas as espécies vivas, elas ocorrem aqui no Brasil, muitas com altas taxas de endemismo.

O Brasil é um dos países mais ricos na questão dos recursos hídricos, tão importante e vital para a vida do planeta, tanto para o crescimento, como bem disse o colega carioca, como para o próprio desenvolvimento da humanidade.

O Brasil também é um dos países que mais maltratam, que menos cuidado têm com a sua biodiversidade e com os seus recursos hídricos. O professor mostrou a foto do rio Jacuí, uma foto ilustrativa, sem as margens, sem as proteções das matas ripárias, e nós sabemos a qualidade, a coloração da água do Jacuí, é um barro vermelho que desce, sem falar nos esgotos.

O Brasil é o campeão [no uso] de veneno, utilizado por esses mesmos grupos que hoje vêm querer alterar a legislação brasileira. Como o tempo é curto, quero dizer que o Brasil, esse imenso território, com esse mesmo capital, com os pequenos produtores rurais e também com o grande capital latifundiário explorando, contém o maior rebanho bovino do planeta, o maior exportador de café, açúcar, suco de laranja, carne, biocombustível. Toda essa riqueza econômica, bem como a nossa biodiversidade, gera potenciais imensos para a nossa sociedade e para o próprio planeta, com desenvolvimento de novos alimentos, remédios, fibras, e, como o colega carioca citou, a própria questão do turismo. Essa riqueza toda, tanto natural quanto econômica, gera, neste momento, em todos nós, uma profunda responsabilidade. Este é um momento de extrema responsabilidade, o retrocesso na nossa legislação ambiental terá graves e irreversíveis consequências, não só ambientais ou sociais, mas também consequências econômicas, com toda a certeza.

O Brasil reconhece isso, como foi citado aqui, reconhece a importância disso tudo, é signatário de várias convenções, como da Diversidade Biológica, das Áreas Úmidas, também do efeito estufa.

Recentemente, o Brasil apresentou como meta, até 2020, reduzir em 38% as suas emissões de gases. Esses compromissos exigem, não só o cumprimento da legislação ambiental como temos hoje, mas mais do que isso, também precisamos ter o resgate do passivo ambiental. Quero lembrar que, de todas as multas que o Ibama, que também foi citado aqui, aplica, só um por cento é efetivamente paga. Foi citada pelo companheiro Fernando a questão da participação da sociedade no Conselho Estadual do Meio Ambiente, e nós sabemos que esse nosso Consema – Conselho Estadual do Meio

Ambiente –, hoje, é mais um Conselho para justificar e legitimar a destruição dos nossos ecossistemas.

Então, quero deixar como mensagem que nós temos uma tremenda responsabilidade com o nosso futuro, com o futuro do Brasil, das nossas gerações e de toda a humanidade, porque o Brasil não está isolado no planeta. Nós temos que usar esse debate, da alteração da legislação ambiental brasileira, do Código Florestal Brasileiro, como um debate de oportunidades, porque já foi falado da importância, da estratégia da reserva legal, a questão da importância de proteger ambientes frágeis como as áreas de preservação, mas hoje temos no Brasil mais de 61 milhões de hectares de terras em processo de degradação. A recuperação dessas áreas degradadas é uma oportunidade de desenvolvimento social, de crescimento de renda e de emprego neste País, além da restauração das reservas legais em áreas de menor aptidão agrícola, com espécies nativas para a produção de madeira, fibra, medicinais, frutíferas nativas e outras, como já é permitido hoje na legislação vigente; são alternativas viáveis da diversificação da produção com a viabilização da propriedade rural, a pequena propriedade rural, e com retorno econômico. Nós precisamos, me associando ao Professor, fazer um cuidadoso planejamento do uso do solo, integrado com o uso compartilhado, compatibilizando os zoneamentos agrícolas, previstos na legislação agrícola, com os zoneamentos ecológicos econômicos visando a um ordenamento territorial com critérios. Essa discussão do Código Florestal, necessariamente, precisa estar embasada com conhecimento científico. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Paulo Sérgio Mendes, da CUT/RS, está com a palavra.

O SR. PAULO SÉRGIO MENDES FILHO: Ver.^a Sofia, é uma grande iniciativa da Câmara de Vereadores; meu colega Todeschini, da Emater, companheiro de muitas lutas; demais companheiros, camaradas aqui presentes. Na verdade, há algumas questões que são bem importantes de todas que foram levantadas. Professor Elesbão, nos eslaides, quero chamar a atenção para São Lourenço do Sul, aquele rio que passa, talvez fosse um bom exemplo, dentro da sua apresentação, para constar. É exatamente o que verificamos há pouco, o arroio São Lourenço desaguando na lagoa, e a gente vê que as construções

avançaram os limites naturais, resultando naquele desastre. Vendo os eslaides, verificamos que isso vai continuar, qualquer outra enxurrada pode ocorrer em várias localidades. Faço parte do Conselho Municipal de Meio Ambiente, há uma Câmara Técnica que está discutindo o Código Ambiental de Porto Alegre. Então é importante a gente estar atento, porque acho que temos que estabelecer uma relação entre essas duas coisas. Questionei, na reunião que estive, como isso estava sendo tratado, se o Código Ambiental estava sendo analisado a partir dessas considerações do Código geral. Acho que é bom dar uma olhadinha nisso.

Concordo com o Fonseca, acho que é muito mais do que um debate, estamos vivendo dentro de uma nova ordem onde tem o avanço da agricultura industrial em detrimento da agricultura familiar. O que está acontecendo? É a expansão dos grãos. Os caras têm que plantar grão em tudo que é canto. Tem que avançar e plantar grão. Por que tem que plantar grão? Nos Estados Unidos é assim. Oitenta por cento da carne consumida nos Estados Unidos é de animais confinados, alimentados com milho. Nós somos alimentados com milho, a coca-cola tem milho para caramba! Eu não sabia, a coca-cola é puro milho e água. Ou seja, os caras têm que se expandir e plantar milho e soja em tudo que é canto. Então, precisam de uma quantidade enorme de terras para avançar. É isso que está em jogo, é isso que eles estão buscando.

Quero finalizar dizendo que acho que temos que aproveitar a oportunidade de a Ministra estar aí, Ver.^a Sofia. Foi dito aqui pelo Professor Elesbão... o que temos que fazer, na minha opinião? Nós temos que solicitar ou exigir da Ministra que aquele prazo de averbação seja revogado. Nós temos que tirar aquele freio dali. Acho que essa é uma questão que podemos ir a fundo. Vamos tirar o prazo de averbação, vamos pedir a ela que o prazo de averbação caia, vamos tirar a pressão que está aí. Essa é a colaboração que a Central Única dos trabalhadores traz. Estamos juntos nessa. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Paulinho, ajuda aí que nós estamos escrevendo a Moção. Estão aqui a Fernanda, o Todeschini, o nosso Diretor Legislativo com esse sentido, que a Câmara aprove uma Moção neste sentido. Roberto Jakubaszko, da Associação de Amigos do Parque Farroupilha, e depois o último inscrito, Paulo Brack.

O SR. ROBERTO JAKUBASZKO: Boa-noite, Ver. Sofia Cavedon, boa-noite a todos que estão na Mesa, a esses heroicos cidadãos e cidadãs que se encontram até esta hora aqui. Segunda-feira e terça-feira nós tivemos um evento em Porto Alegre, o Fórum da Igualdade, e foi dito lá por um palestrante que Porto Alegre tem mais farmácias do que livrarias e padarias juntas. E que só Buenos Aires tem mais livrarias do que o Brasil inteiro. O que isso tem a ver com a nossa pauta de hoje, que é o Código Florestal? Tem muita coisa a ver com isso. Lá, qualquer movimento, qualquer protesto bota 60 mil pessoas numa praça, num pequeno espaço. Vejam, pois, quantos nós somos aqui hoje. À propósito, a SMAM está aqui hoje? A Secretaria Municipal do Meio Ambiente? Vejam só, o assunto é Código Florestal. Alguém falou pela Secretaria Estadual, mas a Municipal não está presente. E o evento ocorre dentro da Câmara Municipal de Porto Alegre. (Palmas.) Na fala dos que me antecederam, a gente tem que picotar a nossa ... Crimes ambientais deveriam ser inafiançáveis. Acontecem horrores no mundo, mas o nosso assunto é Brasil, Porto Alegre. Estão desmatando a Amazônia. Aquele vento, aquelas águas vão correndo e vão para o Nordeste e, de uma forma incrível, está havendo enchente no Nordeste, porque o pessoal está desmatando lá. Vamos fazer uma relação Brasil com Porto Alegre. Porto Alegre também tem problemas. Nós temos aqui a nossa Mata Atlântica, o Bioma Pampa. Porto Alegre fica dentro dos 20% que fazem parte do Bioma Pampa dentro do Brasil. Pouca gente sabe disso. E parece que ninguém cuida disso. Quem é o responsável por isso? Quem são os responsáveis por esse problema todo, esse Código Florestal tão falado aí? Gente, nós estamos pavimentando, impermeabilizando de tal maneira nossa Cidade que daqui a pouco não vai sobrar espaço para nada. As coitadinhas das árvores hoje têm um burquinho de terra em volta. Se não chover bastante elas vão morrer, porque não entra água. Isso que nós somos a segunda capital mais arborizada do País. Rapidamente, esse Código, do jeito que está indo, vai nos rebentar.

Eu sou aqui do Parque Farroupilha, a Redenção. E estão desmatando a Redenção também, aqui dentro de Porto Alegre. A Prefeitura, de alguma forma, não está cuidando, não está fazendo a parte dela. Está que é uma árvore de Natal, de noite. Está segura, mas não tem guarda lá. A Redenção é um *point*, um espaço onde as aves migratórias param – ou pelo menos paravam – para descansar, para se alimentar, mas estão tirando

as árvores, estão iluminando; e elas não vão parar mais. Isso aí vai rebentar com o meio ambiente, esse Código Florestal aí.

A nossa Zona Sul, a Zona Rural de Porto Alegre, que era 30%, daqui a pouquinho cada um de vocês vai pagar R\$ 100, quiçá, por uma ameixa no supermercado, porque nós não vamos mais ter Zona Rural em Porto Alegre. Esse é o Código Florestal! Quem é o responsável por isso? Cadê a SMAM? Cadê o Executivo a fazer isso? Agora, nós temos a nossa responsabilidade também. Tem muita gente responsável. O Legislativo também tem a sua responsabilidade, todo mundo tem. Agora, o cidadão também tem que cobrar, “chutar a canela”, cobrar forte, gente! Essa é a nossa função! A gente vem aqui, fala, fala, somos, via de regra, quase todos conhecidos. Agora, cadê o resto? A SMAM não está aqui. Isso é imperdoável! A Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre não está presente numa Audiência Pública que trata do Código Florestal! Eu não posso cobrar que a Secretária Estadual esteja aqui, agora o Município não está aqui! E se não bastasse isso, gente, querem tirar os bichos da Redenção e levar não sei para aonde, para Santa Maria, para qualquer outro lugar. Isso é um absurdo! E querem tirar as tartarugas do Parcão de Porto Alegre. Tem alguma coisa a ver com o Código Florestal? Possivelmente sim. Alguém tem que fazer alguma coisa, ninguém faz nada. É um horror! A gente fala, reclama. Cadê o Código Florestal?

Alguém falou em multas aqui. O Ibama multou o Minizoo de Porto Alegre. São oitenta e poucos bichos, isso dá R\$ 40 mil por ano, e tem vários anos de multa e ninguém cobra. Cadê a Justiça para fazer isso? Daqui a pouquinho nós vamos perder tudo isso e beleléu para o Código Florestal. Dá vontade de dizer um nome feio, mas na verdade nós estamos é perdidos. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Paulo Brack, Ingá Estudos Ambientais, está com a palavra.

O SR. PAULO BRACK: Boa-noite, Presidente Sofia; boa-noite, Vereadores, boa-noite a todo o povo que está aqui acompanhando esta questão. Eu acho que muito já foi falado. A gente está trazendo questões de Porto Alegre aqui que são importantes. Falando em cidades, ontem eu vi uma notícia que em Bagé o nível da barragem estava 9 metros abaixo do nível normal. E a questão da umidade relacionada à vegetação é uma coisa

intimamente ligada. Até tenho um documento da Agência Nacional de Águas, que recebi faz pouco, que também fala da importância da vegetação para manter o recurso hídrico, a recarga dos mananciais e, ao mesmo tempo, também o ambiente mais úmido, o que é importante para que as secas não se prolonguem tanto. Até o fator orvalho está muito relacionado à existência de vegetação nativa. E o orvalho também é importante para a manutenção inclusive da umidade das áreas agrícolas. Então, há uma série de questões. Já se falou aqui das enxurradas e, ao mesmo tempo, há dados do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia que dão conta de que um terço das chuvas no verão, aqui da Região Sul, provém da região Amazônica, da evapotranspiração.

O mês de abril de 2009 foi o mês em que choveu menos, nos últimos 80 anos. E nós estamos vendo agora o prolongamento, principalmente na Zona Sul do Estado, da estação seca, que está atingindo também o outono. Isso não era uma coisa que ocorria, e está ocorrendo também pela diminuição da floresta Amazônica. Inclusive pela questão da Reserva Legal, que pode ser reduzida de 80% para 50%, pela proposta do Aldo Rebelo, de que nos zoneamentos ecológicos e econômicos, que podem ocorrer naqueles estados, fica reduzida para 50% a reserva ecológica. Nós vamos ter mais seca aqui no Rio Grande do Sul. Então, há essas questões.

Nós já vimos que há um ou dois anos, chegava fevereiro e março, a água em Porto Alegre ficava com aquele gosto, pela diminuição do nível do Guaíba e aquelas algas também. Então, nós estamos vendo uma série de processos encadeados. E esse Projeto do Aldo Rebelo é uma vergonha! Ele não é um Projeto sério, nós temos que barrar esse Projeto! Então, terça-feira, quando vier a Ministra, nós temos que nos juntar na frente da Assembleia, com faixas. Temos que tentar fazer uma organização, tentar entrar em contato com a Ministra, porque hoje essa decisão está na mão do Governo. Se o Governo quiser, ele amplia o prazo, como aqui falou o Paulinho. Eu acho que uma das propostas é a ampliação do prazo. E eu acho que hoje, não só o Governo, mas os Partidos da base do Governo têm na mão a possibilidade de poder segurar esse processo. Então, nós temos que fazer pressão em cima, até fazer caravanas, e eu acho que entrar em contato com a direção do PCdoB aqui, e talvez na terça-feira, e nas reuniões, vamos levar esses documentos e dizer: "Vão ficar responsáveis pelo que vai acontecer no Brasil." Eu acho que temos que entrar em contato com o PT, pedir que o PT segure. Eu acho que até teve um documento do PT do Estado, um documento interessante, mas ele tem que ganhar o

Brasil inteiro. Então, nós temos uma série de coisas, como o Fórum em Defesa do Código Florestal, que vai continuar se reunindo. Eu acho que nós temos que sair daqui com tema de casa: vai haver reunião lá no Simpa, dia 18, às 17h30min. Então, vamos continuar esta discussão, esta pressão em cima de todos, e vamos trazer a questão de Porto Alegre. Eu fiquei sabendo ontem que nós temos 170 projetos Minha Casa, Minha Vida para Porto Alegre, principalmente na Zona Sul. E eu diria mais, hoje até saiu um colega nosso para uma discussão, porque querem tirar 65 mil pessoas – para “higienizar” a cidade de Porto Alegre -, jogar todo o povo pobre para a periferia, onde, infelizmente, nós temos as nossas nascentes, cursos d’água, etc.

Então, nós vamos ter que colocar a questão de Porto Alegre – e a SMAM não está aqui, infelizmente -, talvez fazer uma outra Audiência sobre a questão de Porto Alegre relacionada ao meio ambiente, porque nós temos que dar o exemplo aqui. As nascentes dos cursos d’água estão nos nossos morros, e os nossos arroios estão sendo invadidos. Invadidos não, mas o povo está sendo obrigado a morar, às vezes, nessas últimas áreas que sobraram.

Agradeço e vamos continuar essa luta. Vamos ver se sai esse documento. Estamos à disposição para ajudar no que for possível. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Ótimo. Eu tenho aqui um recurso para um minutinho. O professor Filipe, do Partido Verde, está com a palavra e promete ser bastante breve.

O SR. LUIZ FILIPE DE OLIVEIRA: Boa-noite a todos. O Partido Verde é municipalista, e nós temos convicção de que é dentro dos municípios que tudo acontece, os crimes... Claro que nós temos que lutar contra essa violação que está sendo feita no Código Florestal, mas nós podemos perfeitamente, dentro da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, preparar já uma legislação municipal que pode, sim, ser diferente do Código Florestal. Aliás, eu estou desiludido com Brasília, que é a ilha da fantasia. Brasília, para mim, está falida. Então, dentro do Rio Grande do Sul, que tem tradição no ambientalismo, nós podemos já, perfeitamente, continuar lutando. O professor Elesbão acendeu uma luz aqui: os problemas da Amazônia são completamente diferentes dos problemas do Rio Grande do Sul. Aqui nem faz muito sentido falar em Código Florestal – eu concordo com o

senhor -, porque as nossas florestas já foram todas praticamente destruídas. Então, agora é um plano de reconstrução, um novo zoneamento, um plano de recuperação faria muito mais sentido, mas temos que pensar em leis municipais, aqui dentro da Câmara de Vereadores, para podermos perfeitamente criar o Código Florestal de Porto Alegre! Eles querem esculhambar o Código brasileiro, então, vamos já estar mais preparados, porque o nosso pode ser mais restritivo. Se o nacional diz que o recuo tem que ser de 10 metros, se resolvermos decretar que aqui é cem, aqui vai ser cem. Então, pode, e as leis estaduais também podem ser mais restritivas. Então, temos que nos preparar, fazendo a luta contra essa violação e, ao mesmo tempo, já ir preparando a nossa legislação municipal e as nossas legislações estaduais. Então, resta a esperança, e tenho certeza de que a tradição do Rio Grande do Sul – e saúdo todos que aqui se manifestaram brilhantemente – não vai se deixar vencer por um canetaço dessa ilha da fantasia que é Brasília. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Valeu, Filipe. Então, os nossos encaminhamentos. Estamos construindo uma Moção de Solidariedade. Por que uma moção? Porque é o que está previsto no Regimento, e queremos votar em Plenário porque sai com a força da representação de todos os Partidos. Essa Moção escrita a várias mãos, Ver. Todeschini – o Luiz Afonso já está escrevendo a redação final –, tentaremos votá-la, segunda-feira à tarde, aqui na Câmara. Temos como colocá-la na Ordem do Dia para aprová-la; estamos aqui até pelo conselho do nosso Professor, tratando da questão da prorrogação desse prazo para garantia de um profundo debate com o povo brasileiro sobre o Código Florestal. Acho que podemos apresentar isso à Ministra como posição da cidade de Porto Alegre, e creio que temos condições de aprovar essa Moção com esse teor nesta Casa. Os demais encaminhamentos: um debate na TVCâmara sobre o tema, aceito de pronto e já faço uma proposta de quatro pessoas para o debate, e aí agendamos. Essa é uma tarefa para o Fórum. Apoiamos estar na Esquina Democrática e, se quiserem, nós reservamos, e a Câmara apoia com a reprodução de materiais, eu só acho que o Fórum deve produzir o material, porque se a Câmara for produzi-lo não tem como chegar a um acordo tão cedo.

Então, o material tem que ser do Fórum, e a Câmara apoia o Fórum. Por fim, o Código Ambiental de Porto Alegre, que está em debate lá na SMAM, estamos preparando a

Semana do Meio Ambiente, durante o mês de maio, e estamos trabalhando com a ideia de trabalhar lixo e meio ambiente. Porto Alegre está muito assolada pelo tema do lixo, mas podemos propor, sim, uma audiência pública para o debate do Código municipal, até durante o mês de maio, para começarmos os debates, já fazendo os vínculos com a discussão nacional. Vamos aperfeiçoar essa proposta. Disponibilizo a palavra à Mesa para as despedidas.

O SR. FRANCISCO DORNELLES: Boa noite, Ver.^a Sofia, Presidente desta Casa, Prof. Elesbão, Vereadores, Todeschini, Fernanda, eu quero dizer que estou satisfeito em participar deste evento porque a gente sempre leva muitos conhecimentos para a Secretaria, e eu me considero um ambientalista. Não sou um ambientalista praticante, vamos dizer, mas sou um ambientalista. Faço muito esforço no sentido de apoiar as pessoas nesse trabalho. Agora, quero falar em relação à Secretaria do Planejamento, porque é a nossa Secretaria que, no final, aprova os grandes projetos, e, mesmo não tendo ninguém do meio ambiente, eu quero dizer que o Meio Ambiente de Porto Alegre é um dos mais exigentes para a implantação dos projetos. A queixa dos empresários é muito grande no sentido de que a exigência é forte até em relação a outros Estados e outros Municípios, tanto é que muitos empreendimentos daqui vão para fora. Naturalmente, há algumas dificuldades. Nós temos que atender à legislação. Ao aprovarmos o projeto, a gente atende à legislação, e muitas vezes são aprovados pelo Legislativo, e o Executivo tem que cumprir. Agora, como diz o Professor Elesbão, muitas pessoas não conhecem a legislação, e eu queria referir ao fato de que vários debatedores falaram na área rural, mas eu gostaria de lembrar os senhores, que são lutadores pelo meio ambiente, que Porto Alegre não possui área rural. (Manifestação nas galerias.) Porto Alegre legalmente não possui área rural. Pela manifestação, a gente percebe a falta de conhecimento. Gostaria de informá-los que o novo Plano Diretor, no art. 141, a Ver.^a Sofia Cavedon deve lembrar disso, sugere ao Município que crie uma comissão para estudar eventual retorno da área rural em Porto Alegre. Então, isso aí é interessante que os ambientalistas observem. O que isso significa? Significa que toda a Porto Alegre está propensa a ser habitada, na medida em que não há área rural. É só olhar o novo Plano Diretor, art. 141. Não vou nem dizer em que gestão foi eliminada a área rural em Porto Alegre. O novo Plano Diretor estabelece isso. Se não tem área rural, automaticamente,

posso construir em todo o ambiente. Agora, a maior parte da ocupação, em Porto Alegre, quero dizer para os senhores, não é por aprovação do Município. A maior parte da ocupação são áreas auto-ocupadas, ou seja, áreas invadidas. Foi colocado agora que tem cento e poucos projetos do Minha Casa, Minha Vida. Na Região Sul, não são tantos os projetos. Nós até temos dificuldades em aprovar projetos do Minha Casa, Minha Vida. Amanhã, às 9h30min, estaremos inaugurando o primeiro projeto Minha Casa, Minha Vida, de zero a três salários. Estão convidados. É o primeiro, depois de muita luta, porque não conseguimos empreendedores para construir projetos do Minha Casa, Minha Vida, de zero até três salários. A maioria da ocupação da Zona Sul é de áreas não aprovadas pelo Município, são auto-ocupações. Esse é um problema sério de fiscalização que temos. Mas, enfim, nós procuramos atender à legislação no sentido de evitar dano ao meio ambiente. Os projetos são aprovados sempre naturalmente sob a tutela do Meio Ambiente, mas é pela nossa Secretaria que são trazidos os projetos. É isso aí. Muito obrigado. Parabéns. Sucesso a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, o que eu gostaria de deixar claro, quando o Secretário traz a discussão de não haver área rural, é que o termo hoje de toda a Zona Sul é rururbana, em função, obviamente, da regularização de moradias que havia e há. Agora, tem um grande risco, de fato, hoje, acontecendo na Zona Sul: a especulação imobiliária está oferecendo somas de dinheiro importantes para os donos de chácaras para a construção de condomínios. Então, há necessidade de várias políticas públicas de valorização, de estímulo e até de pagamento para os donos de chácaras manterem as áreas que preservam e toda a agricultura familiar que temos na Zona Sul. Essa mudança já se deu não nesse Plano Diretor, mas na mudança anterior, de rural para rururbana.

É um debate que esta Casa faz muitas vezes, mas não acredita que mudar para o modelo rural é possível, por exemplo, nem escola a gente conseguia construir por causa da altura e tal, mas não quer dizer que seja permitido, por exemplo: edifícios não são permitidos, enfim, há uma série de questões. Muito bem, fizemos aqui um texto. Fonseca, Professor, está bem? Muito obrigada pela presença de todos vocês. Estaremos lá, na terça-feira, e espero que com uma boa moção. Parabéns pela presença, pela luta e vitória sempre.

Estão encerrados os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 22h.)